



petrel

ISSN 2675-777X

_petrel

Revista do Programa
de Educação Tutorial de
Relações Internacionais
da Universidade de Brasília

_petrel

Revista do Programa
de Educação Tutorial de
Relações Internacionais
da Universidade de Brasília

[v.3 | n.6] [out | 2021]

petrel

[v.3 | n.6] [out | 2021]

**Revista Petrel
Programa de Educação Tutorial
de Relações Internacionais
da Universidade de Brasília**

Democracia e Informação



Apresentação

Criado e implantado em 1979 pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o PET – então Programa Especial de Treinamento e hoje Programa de Educação Tutorial – é um Programa acadêmico direcionado a alunos regularmente matriculados em cursos de graduação. Tais estudantes são selecionados pelas instituições de ensino superior de que participam e se organizam em grupos, recebendo orientação acadêmica de professores-tutores.

O PET visa envolver os alunos que dele participam num processo de formação integral, propiciando-lhes compreensão abrangente e aprofundada de sua área de estudos. São objetivos deste Programa: a melhoria do ensino de graduação, a formação acadêmica ampla do estudante, a interdisciplinaridade, a atuação coletiva e o planejamento e a execução, em grupos sob tutoria, de uma gama diversificada de atividades acadêmicas. Até o ano de 1999, o Programa foi coordenado pela CAPES. A partir de 31 de dezembro de 1999, o PET teve sua gestão transferida para a Secretaria de Educação Superior, ficando sob a responsabilidade do Departamento de Projetos Especiais de Modernização e Qualificação do Ensino Superior.

Desde então, vem sendo executado levando em conta as diretrizes e os interesses acadêmicos das universidades às quais se vincula, e que passaram a ser responsáveis por sua estruturação e coordenação.

O PET/REL – Programa de Educação Tutorial em Relações Internacionais – foi criado em 1993. Inserido nos grupos PET da Universidade de Brasília, orgulha-se por seu pioneirismo em levar o campo de estudos das relações internacionais para o âmbito do Programa. O PET/REL hoje conta com 10 alunos, que desenvolvem atividades baseadas nas três funções básicas da Universidade: ensino, pesquisa e extensão.

O Laboratório de Análise de Relações Internacionais

No contexto do PET/REL, insere-se o Laboratório de Análise de Relações Internacionais (LARI), idealizado e organizado desde 2005. Concebido como atividade de pesquisa e extensão do trabalho do grupo a toda comunidade acadêmica, o LARI tem por objetivo observar a conjuntura internacional e produzir interpretações cientificamente embasadas. O cerne das atividades do LARI se compõe de encontros bimestrais com temas pré-definidos, nos quais os participantes são encorajados a indicar elementos de análise relevantes e a identificar relações, explicações e previsões relativas aos tópicos abordados, num esforço concertado e organizado. Após a discussão dos temas estabelecidos nas reuniões mensais, os membros do PET/REL produzem análises de conjuntura, baseadas na premissa de que o estudo e a aplicação de metodologia e teoria científica permitem melhor compreensão acerca do comportamento dos atores internacionais. O conjunto dessas análises, corrigidas em pares, compõem a Revista Petrel. O Laboratório de Análise de Relações Internacionais, desde sua concepção, constituiu-se num esforço analítico que tem por meta capturar, de forma clara e objetiva, os fatos da conjuntura internacional que podem engendrar-se com processos e dinâmicas mais amplos das Relações Internacionais. Para tanto, buscam-se usar mecanismos que possibilitem o enquadramento dos fatos nas dinâmicas e que favoreçam o exercício intelectual de seleção dos temas tratados e da produção de análises.

Sumário

- Information as a jeopardous element on international order** [7]
Jales Caur
- As contribuições da psicologia para o estudo da propagação de desinformação nas redes sociais como ameaça à democracia** [15]
Júlia de Souza Sales
- Urna, conspirações e *fake News*: de onde viemos e para onde vamos** [23]
Yara Martinelli
- O papel da informação e da segurança eleitoral para as democracias latino-americanas** [34]
Nathalia Mamede
- Com Mis Hijos No Te Metas*: uma análise sobre movimentos sociais, desinformação e políticas públicas** [41]
Alessandra de Rossi
- Representação política online e o fenômeno da CPI da Covid nas redes sociais** [48]
João Mattar & Luiza Ferreira
- Estados Unidos: A resistência à vacinação na era da pós-verdade** [56]
Ana Luísa Vitali
- Fake News & Vacina*: O impacto da Segunda Pandemia** [64]
Agatha Picetti Gonçalves da Silva

- [78] **VOX e desinformação: o plano da direita radical para a reconquista da Espanha**
Ana Beatriz Zanuni
- [89] **Movimento 5 Estrelas: informação e os perigos da democracia direta**
Bruna Maciel
- [98] **The instrumentalization of the Tunisian crisis by the *bolsonaristas* as a narrative of power**
Arthur Peixoto
- [107] **O Adoecimento da democracia e a teoria do esclarecimento de Kant**
Ester Santos & Vinicius Lopes

Democracia e Informação

[v.3 | n.6] [2021]

A humanidade passou por diversas revoluções de caráter estrutural que alteraram a forma como nos comportamos enquanto seres individuais e coletivos. Entre as mais recentes, a primeira pode ser considerada a promovida pelo advento do motor a vapor, que substituiu o modelo agrícola e artesanal por grandes indústrias. A segunda, baseada na energia elétrica e no petróleo, deu início à produção em massa e ao uso do aço. A terceira, e última consolidada entre os debates acadêmicos, ficou conhecida justamente como a revolução da informação, baseada nos computadores e no processo de globalização da economia e dos meios de comunicação, contando, também, com o advento da internet, com o que ficou conhecido como revolução informacional.

A importância da informação deixou a área dos estudos estratégicos e nos processos decisórios e passou a ter um papel fundamental nos mais diversos níveis da vida das pessoas. Com o advento das redes sociais a informação tornou-se a melhor arma para fortalecer as narrativas pessoais e derrubar adversários e ideologias. Exemplos disso podem ser vistos por toda a década de 2010, vindos da Europa com a crise dos refugiados e culminando na eleição de Donald Trump como presidente dos Estados Unidos. A popularização do termo *fake news* foi o legado dessa grande odisséia informacional que tomou a sociedade contemporânea.

A partir da construção da realidade, quem domina esse processo automaticamente detém o poder e tece a realidade da maneira que mais lhe agrada. E, em cima disso, vale lembrar também que a relatividade da verdade torna esse processo ainda mais complexo. A considerar que, com as diversas variáveis — principalmente a informação — que

influenciam e mudam a percepção de sociedades diferentes, o que é tido como certo em uma sociedade, pode ser tido como errado em outra.

Vemos como os sistemas políticos ao redor do mundo se moldaram a partir do uso da informação. As estruturas são retroalimentadas por informações que entram na forma de buscar vantagens a nível doméstico e internacional, e que saem na forma de instrumentos de operação a favor de quem está no governo. Partindo disso, integrantes do PET-REL junto com participantes externos debatem, na sexta edição da Revista Petrel, as intersecções entre Democracia e Informação.

Lista de Imagens

Figura 1: Crescimento de contas anti vacina em mídias sociais.

Fonte: Crowdtangle (2021).

I CAN'T BELIEVE
WE'RE MARCHING
FOR FACTS

gesunde
UMWELT
gutes
Klima
gibt's
nicht
umsonst!

A-10R

Information as a jeopardous element on international order

Jales Caur

In a rich moonlit garden, flowers open beneath the eyes of entire nations terrified to acknowledge the simplicity of the beauty of peace.

(Aberjhani, 2008)

Information and ideas are commonly used as elements of reality formation. Nowadays, there are numerous theories about how ideational variables influence the creation of the world we live in. The list of informational and ideational sources is extensive. We can address science, language, informational technologies, among others. Since information and ideas are key parts of decision-making processes, politics are not out of this process. In International Relations (IR), constructivism is one of the most important theories in which ideational factories are the focus of analysis, not the state and its material capabilities.

Considering the principle of ideational factors as a fundamental piece of the well-known dichotomy between high and low politics, this essay will explore the correlation of information spreading, its use and how it can affect international order. Due to its complexity, it is established that the international order is based on the Western values and ideas, and it has been keen on the liberal order since the end of the Cold War.

What is information and how can we use it?

When someone is asked such a question, the answer is connected to various meanings. A common one relates to facts we learn from each other and different sources daily. Theoretically, information can be understood as any value resulting from the

outcome of any process. There is a mathematical expression to explain this process: input > process > output, in which the process is determined by $f(x) = f() + x$, in which $f()$ and x being the information and $f(x)$ the outcome (LOOSE, 1998). Considering this function as a process, we might imply the possibility of manipulating this process to change the outcome.

Having that information is one of the basal elements of the construction of our reality, the desire to control this process for whoever is concerned comes as predictable. Information is fundamental in the process of domestic and regional governance since the decision-making and the political processes are highly influenced by the information the person behind these decisions has (HUDSON; VORE, 1995). In the Western view, the debate about how transparent governmental issues run is always present, being a trace of our model of democracy. That is how we can use it: once someone can fabricate a narrative, this person can change how the structure of a decision works, how society thinks, and how to use all of this in favour of their beliefs.

Once the information is in the hands of someone determined to use it not to operate the structures and the public institutions for the common good of a society, the domestic level of politics is jeopardised. Considering the level of analysis of IR (SINGER, 1961), when these malicious operators hijack the domestic level, it is instantaneously reflected on the international level. If we think on the question of the level of analysis contemplating that the system undergoes a process of self-feeding, the bottom influences the top, and the top reflects on the bottom. We can, then, start pointing out different menacing levels.

In the end, whoever is in control determines the outcomes of such a movement in the political game. Contemporary examples demonstrate this, being the 2016 United States' election the most famous among all. The term *fake news* not only was established as part of the vocabulary of English and non-English speakers but also delegitimised the entire discussion about the wrong information used in political events. After Trump's strategy of using fake information, the term was not about false communication anymore, but instead,

it turned to be a label to every fact with the power of hindering their ideology (FREELON, WELLS, 2020). The power provided by the information awakens a different perspective: Freelon and Wells (2020) highlight disinformation as the real process of using fake news — a term already menaced by Trumpism. As it was already mentioned, fake news is nothing more than wrong information, misinformation; on the other hand, disinformation is using the wrong information deliberately in the name of personal gain.

After this successful experiment by Donald Trump, governments worldwide have seen to be contaminated by this immoral practice to gain power — Brazil and Hungary are two examples of places where these practices have been applied. Combined with the Covid-19 pandemic, the world faces a rise of non-democratic forms of government bearing that information is highly important to the good function of democracy structures. The literature brings different forms of democracy and how they work with different capacities among them: participation, transparency of their institutions, political participation, and so on. The question that remains is how countries might deal with each other with different levels of these capacities.

As proposed by Dingyu Chung (2019), there are five types of democracy: elite, nationalist, liberal, socialist, and relational. In which one of them operates with a different level of these capacities — e.g., nationalist, and elite democracies are designed to work with low political participation while liberal and socialist ones work with a high one. Since the Cold War, we have been experiencing the predominance of the liberal order and its model of democracy — with the victory of the U.S. over the Soviet Union in the ideological tug-of-war. However, the international environment of crisis that led to the migration problem and the current Covid-19 outbreak, lead some perspectives of this form of democracy to be misinterpreted. Liberal democracies are designed for international cooperation, but it is interpreted as interventionism and an attack on the country's sovereignty.

We have been exposed to the rising of nationalist democracies with a strength unseen since the dissolution of the Soviet Union and the breaking of the socialist order. As

already mentioned, this form of government works with low political participation, since leaders are most common to take place and no international presence since it is read as international interference. This rise of nationalism is strongly attached to disinformation. The government attacks democratic institutions, painted as the impediment of any progress, to gain full power as well as any other international figure to maintain power centralised without interference (GABRIELSSON, 2016).

This turns out to be a jeopardous element to the international order once the globalisation status our world has. The international interconnection makes it impossible for a country to isolate without any menace to its internal structure — political or economic. Due to the status of global trading, the international financial system, and now the cooperation to the vaccine, certain countries end up hindering international relations to the common good of progress. An example is the U.S. and the denouncement of hijacking suppliers from Brazil last year (PARAGUASSU, 2020), and how it could be a return to the sum zero dynamic — where if one has, another must not have (JAFFRELOT, 2003).

Considering what was exposed, it is possible to draw a line connecting disinformation, as the use deliberately of false information, nationalism, as the rise of a government that will fix every problem with no bureaucracy involved (CHUNG, 2019), and international order. Once a government is based on disinformation and nationalism is evoked as a fast solution, there are no places for trust on the international level, jeopardising any cooperation for the common good. For example, during the pandemic, Donald Trump brought into the light of the public the efficacy of a pill capable of preventing contamination: chloroquine. Trump could use the entire conjuncture — considering the suspicion of the virus to be a biological weapon, the anti-China feeling was also very strong (SOLNIL, 2021) — in a tentative way of selling a simple solution to a complex problem.

Final Considerations

Information can change our realities not only to fit the theoretical speech. The reality is a chain of decisions made with the information available and the willingness of the decision-making in accepting them. When we address a world in which information is no longer only the value of a process but a weapon to gain power, reality is in danger of being affected. The international order is almost the same due to the meaning of how the patterns produced by rules, institutions, laws, norms, and other practices (BARNETT, 2021) are maintained to stabilize the international power.

There is a balance of power in which every country has its own height, exerting a different role at the international level due to its extra or lack of height. The realists are correct about this balance — the objective of this text is not to answer that but to notify how information has its practical nature. Considering governments' roles in democracies bridges authoritarianism, populism, the international community must be ready at the institutional level to avoid that. Once these democracies change due to the disinformation, the international order also changes — such as in the post-war and at the end of the Cold War, in which propaganda had an essential role.

The relations inter-nations are less effective than before and due to the pandemic, globalisation is signalling its weakness. In general, changes are marvellous events but also extremely challenging. Even if the occident is prepared to change and integrates into a single fight to defeat this misuse, it is extremely hard to go against disinformation without any preparation from the state level. The media is considered as an ally due to its reverberating power, but also responsible for spreading this movement that now puts at risk the way the Western society was built — leading these institutions and figures to a rupture in the near future.

References

- BARNETT, M. International Progress, International Order, and the Liberal International Order. **The Chinese Journal of International Politics**, v. 14, n. 1, pp: 1-22, 2021. doi: 10.1093/cjip/poaa019.
- CHUNG, D. Democracies and International Relations. **Open Journal of Social Sciences**, v. 7, n. 7, 2019. doi: 10.4236/jss.2019.77023.
- FRELON, D.; WELLS, C. Disinformation as Political Communication. **Political Communication**, v. 37, n. 2, 2020. doi: 10.1080/10584609.2020.1723755.
- HUDSON, V.; VORE, C. Foreign Policy Analysis Yesterday, Today, and Tomorrow. **Mershon International Studies Review**, v. 39, n. 2, pp. 209-238, 1995.
- JAFFRELOT, C. For a theory of nationalism. **Research In Question**, n. 10, 2003.
- LOOSE, R. A Discipline Independent Definition of Information. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 48, n. 3, pp. 254-269, 1997.
- PARAGUASSU, L. U.S denies hijacking Chinese medical supplies meant for Brazil. **Reuters**, 7 apr. 2020. Available in: <https://www.reuters.com/article/us-health-coronavirus-brazil-usa-idUSKBN21P315>. Accessed in: 17 sep. 21
- SINGER, J. The Level-of-Analysis Problem in International Relations. **World Politics — The International System: Theoretical Essays**, v. 14, n. 1, pp. 77-92, 1961.
- SOLNIT, R. Republicans treated Covid like a bioweapon. Then it turned against them. **The Guardian**, 7 aug. 2021. Available in: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2021/aug/07/republicans-treated-covid-like-bioweapon-turned-against-them>. Accessed in: 28 aug. 2021.

As contribuições da psicologia para o estudo da propagação de desinformação nas redes sociais como ameaça à democracia

Júlia de Souza Sales

Segundo estudo da organização Avaaz, 98,2% dos eleitores do presidente Bolsonaro tiveram contato com, no mínimo, uma notícia falsa durante a eleição e, entre esses, 89,77% acreditaram que a informação era verdadeira (PASQUINI, 2018). A construção de narrativas irreais a fim de atingir interesses políticos e econômicos não é um recurso recente, mas o funcionamento das tecnologias contemporâneas de comunicação adiciona novas variáveis a serem consideradas na dinâmica política. Ao mesmo passo que aceleram o fluxo de informações, as redes sociais selecionam o conteúdo que será recebido por cada usuário a partir dos algoritmos, que se adaptam aos interesses de quem utiliza essas tecnologias. Considerando as contribuições da psicologia para esse estudo, é analisada a relação entre o comportamento do usuário e a propagação de desinformação, que prejudica o debate público e o processo democrático.

As contribuições das abordagens da psicologia para o campo das Relações Internacionais vão além de entender os processos cognitivos dos tomadores de decisão, à exemplo dos líderes de Estado (KERTZER; TINGLEY, 2018). Também são estudados os comportamentos políticos das elites e das massas, a relação entre valores pessoais dos indivíduos e as preferências de política externa, assim como toda uma diversidade de abordagens psicológicas que influenciam nas dinâmicas nacionais e internacionais (KERTZER; TINGLEY, 2018). Entre essas contribuições está o funcionamento dos algoritmos nas redes sociais a partir do comportamento de cada usuário e o que leva os indivíduos a acreditarem em notícias falsas. Esses aspectos estão associados à propagação de

informação de forma desigual e de informações não verídicas, que afetam diretamente os processos políticos.

Inicialmente, cabe explicar os conceitos que são utilizados ao falar de informações não verídicas. Guess e Lyons (2020) diferenciam os termos *misinformation* – informações falsas que contradizem ou distorcem entendimentos de informações verificáveis, podendo ocorrer de forma não intencional – e *disinformation* – subconjunto da *misinformation* que se refere às informações falsas que intencionalmente visam enganar, como tende a ocorrer com as *fake news* difundidas por grupos políticos. Os autores também citam as teorias de conspiração e os rumores, além da própria propaganda, como formas de tentar influenciar indivíduos. Em consonância com Guess e Lyons (2020), esta análise se refere às informações falsas criadas e disseminadas com o objetivo de persuadir indivíduos a apoiar determinados atores políticos.

Entre os recursos utilizados para propagar desinformação estão os *bots* - contas falsas programadas para publicar e interagir nas redes sociais como se fossem pessoas - e o compartilhamento de publicações de sites enganosos de *breaking news* - que tendem a possuir um maior número de seguidores e angariar público em algum tema específico de interesse do momento (ANDREWS et al, 2016; SHAO et al., 2017 apud GUESS; LYONS, 2020). A formação de comunidades homogêneas nas redes sociais também corrobora para a propagação de informações falsas que, por serem constantemente reforçadas por outras inverdades, são tratadas como verídicas. No mesmo sentido, quando uma informação é enviada por uma pessoa próxima e de confiança daquele que recebeu a notícia, como amigos e familiares, ela tende a ser acreditada com mais facilidade (GUESS; LYONS, 2018; AMERICAN PRESS INSTITUTE, 2017 apud GUESS; LYONS, 2020).

Além disso, segundo estudo de Vosoughi, Roy e Aral (2018) realizado a partir de informações difundidas no Twitter de 2006 a 2017, as notícias falsas são disseminadas de forma mais rápida e possuem maior alcance, o que pode estar relacionado com o grau de novidade da informação e as reações emocionais daqueles que a recebem. O estudo estima

que *tweets* com notícias falsas têm 70% mais chances de serem retuitados do que os que contêm verdade, independente da conta que postou a notícia ser verificada ou não no Twitter, de quanto tempo existe a conta, do nível de atividade, do número de seguidores e da quantidade de pessoas que a conta segue (VOSOUGHI; ROY; ARAL, 2018).

Para avaliar se os *bots* afetam na interpretação da pesquisa do comportamento dos indivíduos, os autores citados buscaram controlar essa variável, utilizando um algoritmo de detecção de *bots* para identificá-los. As conclusões do estudo não se alteraram: independente da presença de *bots*, a disseminação de notícias falsas foi maior do que a de notícias verdadeiras. Quanto à diferença de impacto emocional que as notícias falsas e verdadeiras produzem, os autores notaram que a maioria das notícias falsas expressam mais, respectivamente, surpresa e nojo; enquanto notícias verdadeiras despertam mais tristeza, expectativa, alegria e confiança. Assim, ainda que os autores não afirmem que a novidade da notícia associada ao sentimento de surpresa seja a única e principal razão para o compartilhamento de notícias nas redes sociais, eles concluem que essas informações têm mais probabilidade de serem difundidas (VOSOUGHI; ROY; ARAL, 2018).

Outros autores buscaram entender por qual razão as pessoas acreditam em *fake news*. Enquanto alguns pesquisadores afirmam que indivíduos tendem a acreditar mais em notícias que estejam em consonância com o que elas já acreditam, outros afirmam que a falta de mais raciocínio sobre o que se lê rapidamente nas redes sociais é o fator central para a crença em informações falsas, independentemente das preferências políticas já concebidas (WEIR, 2020). Além disso, é necessário considerar o impacto do aspecto social. Uma informação falsa é amparada por outras informações falsas, as quais são compartilhadas por muitas pessoas em torno de cada usuário, sendo a crença em notícias falsas, assim, socialmente reforçada (SLOMAN, 2018 apud WEIR, 2020).

Os algoritmos amplificam ainda mais o recebimento dessas informações. Nas redes sociais, eles são a tecnologia que define o que cada pessoa recebe de informação com base no que é identificado como relevante para ela. Dessa maneira, as redes sociais se adaptam ao

comportamento particular dos usuários e fornecem cada vez mais conteúdo que eles demonstrem interesse. Nesse sentido, importa o potencial de engajamento, que é definido, por exemplo, pelas curtidas, comentários e compartilhamentos das pessoas (JÜRGENS et al, 2020, p. 34). Assim, os algoritmos estão mais suscetíveis ao compartilhamento de informações falsas, uma vez que essas são constantemente marcadas por manchetes sensacionalistas de temas em alta e considerados polêmicos, como migração e guerra, que mais facilmente geram engajamento e se popularizam nas redes sociais (MÜLLER; DENNER, 2019 apud JÜRGENS et al, 2020).

A personalização das experiências e a tendência psicológica de acessar informações que estejam de acordo com interesses já concebidos reforçam a opinião do usuário, fortalecendo convicções e polarizando os indivíduos com base em suas opiniões políticas manifestadas nas redes sociais (AHMED et al, 2020). Além das recomendações indicadas pelas redes sociais, os resultados de pesquisas feitas diretamente pelos usuários podem condizer com o histórico de exibição da conta, refletindo preferências já determinadas pelos algoritmos e dificultando o acesso a opiniões divergentes (AHMED et al., 2020).

Como já mencionado, a persuasão política nas redes sociais também ocorre pela propaganda. O *microtargeting*, que constrói perfis de interesse e anúncios personalizados para cada indivíduo, é cada vez mais aprimorado e utilizado para influenciar politicamente: são coletados dados individuais a fim de construir uma campanha política personalizada a partir dos traços de personalidade (DOBBER et al., 2020). Um caso que se popularizou envolveu a empresa *Cambridge Analytica*, que utilizou de forma indevida dados de milhões de usuários do Facebook para construir perfis de personalidade e enviar mensagens políticas personalizadas, inclusive na campanha de Donald Trump para presidente dos Estados Unidos, aumentando, assim, tanto o potencial de influência da propaganda quanto a desconfiança sobre a segurança dos dados pessoais no Facebook (CONFESSORE, 2018; DOBBER et al., 2020)

Dessa forma, pode-se observar uma tentativa de manipulação do comportamento eleitoral que prejudica o funcionamento das democracias, uma vez que as informações são recebidas desproporcionalmente em favor de um ator político específico. Há uma alteração na constituição dos públicos, uma vez que os indivíduos se envolvem e repetem informações similares de um único ponto de vista, o que dificulta discussões e debates (BHARTHUR; GURUMURTHY, 2018, p. 44). Esse contexto colabora para a disseminação de discursos de ódio e de grupos extremistas como QAnon e Proud Boys, que participaram da invasão do Capitólio que pretendia evitar a confirmação da vitória de Joe Biden nas eleições dos EUA, e evidencia a necessidade das redes sociais desenvolverem mecanismos de controle. Atualmente, e em função desses riscos, as redes sociais são mais criticadas e responsabilizadas pela falta de transparência com relação a como os dados coletados são utilizados na construção do algoritmo e sua influência no discurso público (STARK; STEGMANN, 2020).

Essa responsabilização se reflete na construção de regulamentações das redes sociais em alguns países, como na Alemanha através da NetzDG, lei que, entre outras consequências, obriga as redes sociais a retirar conteúdos ilegais em até 24h, a exemplo de propagandas de grupos terroristas, pornografia infantil, incentivo e preparação de atos violentos que ameacem o Estado (SCHREIBER, 2020). A lei levantou discussões sobre a possibilidade de restrição de liberdade de expressão, assim como ocorreu no Brasil com o Projeto de Lei das *Fake News* (PL 2630/20), que determina que contas falsas e *bots* sejam retirados do ar, além de exigir relatórios de transparências às redes sociais e prever multa em caso de descumprimento (SCHREIBER, 2020). O PL das *Fake News* está atualmente sendo discutido na Câmara dos Deputados por um grupo de trabalho.

A disputa contra a desinformação ainda é longa. O próprio comportamento humano está associado à disseminação de informações falsas, sendo necessário que, além de reduzir *bots* e perfis falsos, as políticas de contenção considerem as dinâmicas psicológicas dos indivíduos (VOSOUGHI; ROY; ARAL, 2018). Ademais, indicar aos usuários a

checagem da fonte antes de compartilhar notícias em redes sociais é, em muitos casos, insuficiente. No Brasil, os constantes ataques do presidente Bolsonaro aos jornalistas e à ciência estimulam a descrença em fatos verídicos. Desse modo, as fontes que deveriam ser consideradas como confiáveis são desacreditadas e tratadas como disseminadoras dos interesses da oposição por aqueles que acreditam e defendem o discurso do presidente, enquanto fontes de desinformação tendem a ser consideradas confiáveis.

Além disso, a quantidade de dados disponibilizados pelas redes sociais para pesquisa é limitada e as tecnologias estão sempre sofrendo alterações, em que são criadas novas redes sociais, com diferentes funcionamentos de algoritmos. Por exemplo, a popularização do uso do TikTok, principalmente pelos jovens, exige pesquisas para compreender como a rede social está moldando ou pode moldar comportamentos políticos e a opinião política. Ainda que seja utilizado para difundir movimentos políticos como *Black Lives Matter* e tenha sido fundamental na campanha de registros falsos no comício de Trump em Oklahoma, o TikTok também é responsável pela propagação de desinformação política e de postagens racistas e sexistas (HERRMAN, 2020). Também é difícil mensurar a influência política de aplicativos de mensagens como o WhatsApp, utilizado em larga escala no Brasil, uma vez que as informações são transmitidas de maneira privada por mensagens diretas, grupos e fóruns de transmissão, diferente da maior parte das informações analisadas no Facebook ou no Twitter.

A abordagem da psicologia nessa pesquisa demonstra os benefícios da análise interdisciplinar. O estudo da disseminação da desinformação, assim como a crença nela, trata de pessoas e de que forma se desenvolvem suas crenças; assim, é preciso considerar os processos cognitivos e como eles são utilizados nas estratégias de manipulação utilizadas pelos atores políticos nas redes sociais. Dessa maneira, uma análise integrada com a psicologia permite identificar novas estratégias para combater a disseminação da desinformação nas redes sociais e seus perigos às democracias.

Referências

- AHMED, S.; CHO, J.; HILBERT, M.; LIU, B.; LUU, J. Do Search Algorithms Endanger Democracy? An Experimental Investigation of Algorithm Effects on Political Polarization. **Journal of Broadcasting & Electronic Media**, v. 64, n. 2, p. 150-172, 2020. DOI: 10.1080/08838151.2020.1757365
- BHARTHUR, D.; GURUMURTHY, A. Democracia e a virada algorítmica: questões, desafios e o caminho a seguir. **Sur - International Journal on Human Rights**, v. 15, n. 27, p. 41-52, 2018. Disponível em: <https://sur.conectas.org/democracia-e-a-virada-algoritmica/>. Acesso em: 26 ago 2021.
- DOBBER, T; PAUW, G; VREESE, C; ZAROUALI, B. Using a Personality-Profiling Algorithm to Investigate Political Microtargeting: Assessing the Persuasion Effects of Personality-Tailored Ads on Social Media. **Communication Research**, p. 1-26, 2020. DOI: 10.1177/0093650220961965.
- DOELL, K.; HARRIS, E.; PÄRNAMETS, P.; RATHJE, S.; TUCKER, J.; VAN BAVEL, J. Political Psychology in the Digital (mis)Information age: a Model of News Belief and Sharing. **Social Issues and Policy Review**, v. 15, n. 1, p. 84-113, 2021. DOI: 10.1111/sipr.12077.
- JÜRGENS, P; MAGIN, M; STARK, B.; STEGMANN, M. Are Algorithms a Threat to Democracy? The Rise of Intermediaries: a Challenge for Public Discourse. **Algorithm Watch**, Berlim, maio 2020. Disponível em: <https://algorithmwatch.org/en/wp-content/uploads/2020/05/Governing-Platforms-communications-study-Stark-May-2020-AlgorithmWatch.pdf>. Acesso em: 25 ago 2021.
- GUESS, A.; LYONS, B. Misinformation, Disinformation, and Online Propaganda. In PERSILY, N.; TUCKER, J (ed.). **Social Media and Democracy: The State of the Field, Prospects for Reform**. Cambridge: Cambridge University Press, 2020, cap. 2, p. 10-33.
- HERRMAN, J. TikTok Is Shaping Politics. But How?. **The New York Times**, New York, jun 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/06/28/style/tiktok-teen-politics-gen-z.html>. Acesso em: 27 ago 2021.
- KERTZER, J.; TINGLEY, D. Political Psychology in International Relations: Beyond the Paradigms. **Annual Review of Political Science**, v. 21, n., 1 p. 319-339, 2018. DOI: 10.1146/annurev-polisci-041916-020042.
- PASQUINI, P. 90% dos eleitores de Bolsonaro acreditaram em fake news, diz estudo. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, nov 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/90-dos-eleitores-de-bolsonaro-acreditaram-em-fake-news-diz-estudo.shtml>. Acesso em: 26 ago 2021.
- SCHREIBER, M. A controversa lei alemã que inspira projeto de lei das Fake News. **BBC News**, ago. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53914408>. Acesso em: 27 ago 2021.

VOSOUGHI, S; ROY, D.; ARAL, S. The spread of true and false news online. **Science**, v. 359, n. 6380, p. 1146-1151, 2018. DOI: 10.1126/SCIENCE.AAP9559.

WEIR, K. Why we fall for fake news: Hijacked thinking or laziness?. **American Psychological Association**, fev. 2020. Disponível em: <https://www.apa.org/news/apa/2020/fake-news>. Acesso em: 25 ago 2021.

Urna, conspirações e fake news: de onde viemos e para onde vamos

Yara Martinelli

Esta análise visa oferecer uma visão ampla sobre a urna eletrônica brasileira, destacando seu histórico de criação e segurança, e apresentar reflexões sobre os atuais ataques, por parte do governo federal, ao sistema eletrônico de votação. Nesse sentido, apresenta-se uma revisão histórica da inserção da urna no sistema brasileiro; algumas das principais estratégias de sua desmoralização, principalmente pelo compartilhamento de *fake news* e ameaças; e as reações por parte dos Tribunais Superior Eleitoral e Supremo Federal aos ataques realizados, além de reflexões dos possíveis impactos dessa crise à democracia.

A história da urna eletrônica

A urna eletrônica começou a ser implementada no Brasil nas eleições de 1996, em caráter experimental. Em 2014, o país sediou a maior eleição informatizada do mundo - cerca de 530 mil urnas espalhadas pelas 5 regiões. Essa tecnologia foi desenvolvida pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) com objetivo de garantir mais segurança e transparência, eliminando as intervenções em contagem e reduzindo os chamados “currais eleitorais” — (práticas de imposição da escolha de voto, seja pelo poder, dinheiro ou ameaça), — tornando-se um verdadeiro símbolo da credibilidade da participação democrática (TSE, 2014).

A informatização foi implementada de maneira gradual, passando por testes e apurações severas de segurança e garantia do sigilo. O primeiro passo para esse marco se deu em 1985, com a criação do cadastro único e automatizado de eleitores. Já em 1994, o TSE

realizou o primeiro processamento eletrônico dos resultados das eleições gerais, por recursos computacionais próprios, com a criação da Rede Nacional da Justiça Eleitoral. Mas foi apenas em 1995 que o projeto da urna eletrônica, idealizado por um “grupo de notáveis” (formado por funcionários do TSE, desembargadores e juristas) e desenvolvido por um “grupo técnico” (formado por engenheiros do INPE, Exército e Aeronáutica) passou a ganhar forma. O resultado foi um equipamento totalmente inédito: baseado em um computador, mas com atenção à simplicidade que facilitasse o acesso aos analfabetos, e com vários sistemas de segurança já implementados, totalmente fechado e desconectado da internet (TSE, 2014).

Desenvolver a primeira urna eletrônica, idealizada para o contexto brasileiro, em produção totalmente nacional, sempre foi motivo de orgulho. O sucesso do equipamento foi tamanho que, 5 anos depois, o Brasil já realizava eleições totalmente informatizadas (TSE, 2014). Atualmente, a urna está em uso há 25 anos e não há qualquer evidência de que tenha havido fraude durante o período. Além disso, a única vez em que uma auditoria foi solicitada para eleição presidencial, o resultado anunciado previamente foi confirmado. E, mesmo que haja a necessidade constante de melhorias ao sistema eletrônico, ele definitivamente é mais seguro que o sistema anterior, notadamente fraudulento. A possibilidade de adoção do voto impresso representaria um retrocesso, e uma grande quantidade de problemas logísticos e de custo, além da possível retomada dos sistemas de fraude antes implementados (RANGEL, 2021). O TSE afirmou, em nota oficial, que “utiliza o que há de mais moderno em tecnologia para garantir a integridade, a confiabilidade, a transparência e a autenticidade do processo eleitoral” (ENTENDA..., 2021). A cada eleição, o TSE tem o dever de reforçar a segurança das urnas, realizando um procedimento padrão sistemático de convite à sociedade civil, órgãos públicos e partidos políticos, que fiscalizam a manutenção do sistema, e a especialistas em segurança, que tentam invadir o sistema e identificar quaisquer falhas ou lacunas em segurança (ENTENDA..., 2021).

Além disso, o voto eletrônico também é auditável — e, inclusive, auditado em todas as eleições sistematicamente. Antes do processo eleitoral, o TSE realiza diversos eventos de fiscalização e auditoria dos aparelhos. Durante essas solenidades, tanto instituições como partidos políticos e a própria eleitora podem acompanhar a conferência. O processo de totalização, por sua vez, também é público, e começa justamente com a gravação, em mídia eletrônica, dos resultados produzidos por cada urna. Os dados criptografados chegam ao Tribunal por uma rede exclusiva e, antes de serem totalizados, os arquivos são checados para, finalmente, serem somados por programas que também passam por auditoria. A urna eletrônica não altera o número de votos realizados e, para fazer esse tipo de auditoria, cada cidadão pode atuar como fiscal, bastando conferir o Boletim de Urna, emitido sempre no encerramento da votação e publicado no Portal do TSE, e compará-lo com os números referentes àquela seção eleitoral. Até hoje, nenhuma divergência foi constatada (TSE, 2021).

A conspiração

Mesmo assim, Jair Bolsonaro, sua família e seus fiéis apoiadores têm promovido, desde 2019, uma campanha de desinformação em larga escala que já logrou provocar um nível alto de desconfiança sobre o sistema eleitoral e desacreditar significativamente as instituições brasileiras. O presidente acusa o modelo de baixa confiabilidade, alegando, sem provas, fraude nas eleições de 2018 (que o elegeram) e de 2014, que elegeram Dilma Rousseff. A proposta de Bolsonaro é a impressão, a cada voto eletrônico, de um comprovante em papel, para posterior auditoria manual. A ideia foi materializada pela deputada Bia Kicis (PSL-DF) na Proposta de Emenda à Constituição 135/2019 (ENTENDA..., 2021).

A eleição de 2014, por solicitação do candidato Aécio Neves, foi confirmada pela auditoria. O próprio Aécio afirmou publicamente acreditar no resultado, apesar da insistência de Bolsonaro em acusar, sem provas, eleições fraudulentas. Sobre as supostas

fraudes em 2018, o presidente afirma ter sido eleito em primeiro turno. O argumento nunca foi comprovado. Em junho, tanto o STF quanto o TSE intimaram Bolsonaro a apresentar provas das acusações contra o sistema eletrônico. Até agora, nenhuma foi apresentada (ENTENDA..., 2021).

A grande campanha pelo “voto impresso auditável” foi e é promovida nas redes sociais por apoiadores do presidente com base em muitas mentiras (as denominadas *fake news*). Não é novidade que Bolsonaro utiliza mentiras cotidianamente para governar. Segundo o *Relatório Global de Expressão* da ONG Internacional Artigo 19, em um ano, o presidente contou 1.682 mentiras (de forma pública), atingindo uma média de 4,3 mentiras por dia (ARTIGO 19, 2021). Sua incansável rede de seguidores reproduz o exemplo do líder nacional e utiliza as redes para espalhar notícias falsas em larga escala, gerando um efeito cascata que aumenta a polarização da sociedade brasileira.

Um exemplo concreto de notícia falsa viralizada com objetivo de disseminar a insegurança no processo eleitoral foi o caso do *youtuber* bolsonarista Gustavo Gayer, cujo canal conta com quase 500 mil seguidores. O canal, descrito como “uma forma de propagar a verdade e impedir que mais jovens caiam no calabouço ideológico da esquerda” contém um trecho do programa “Balanço Geral” do Goiás, em que se apresenta o resultado parcial de uma enquete com telespectadores e uma fala do apresentador na sequência: “se nós não conseguirmos o voto auditável com contagem pública, Lula vai ser colocado na presidência, por mais que 87,5% da população rejeite Lula e aprove Bolsonaro”. Apesar de se tratar de uma mera enquete (parcial, com o alcance irrelevante da audiência do programa), o vídeo se chama “*INCRÍVEL! Bolsonaro ganha de lavada com 87,5%*” (SIMONATO, 2021). Coincidentemente ou não, o canal de Gayer foi o segundo com mais lucro pela propagação de *fake news* durante a pandemia (cerca de 40 mil reais em remuneração pela audiência e publicidade) na lista produzida pela CPI da Covid-19, ficando atrás apenas de Alexandre Garcia, que recebeu cerca de 70 mil reais.

Outro caso emblemático aconteceu no canal de Felipe Lintz, no vídeo em que utilizou trechos da reportagem da *GloboNews* que discutia os resultados de uma conferência hacker sobre segurança das urnas eletrônicas dos Estados Unidos. O *youtuber* aproveitou o recorte, retirando-o de seu contexto, para afirmar que Bolsonaro está certo, desconsiderando o fato de que os equipamentos testados não são os mesmos usados no Brasil (SIMONATO, 2021).

A coalizão *Comprova*, formada por veículos de comunicação para identificação de *fake news*, verificou, durante o mês de julho, um pico de publicações falsas disseminadas por apoiadores de Bolsonaro. Os boatos, à altura em que foram desmentidos, já somavam milhões de visualizações e interações. Entre eles, vídeos que desacreditaram o Datafolha e a urna eletrônica. Os *trends* do Google no Brasil sobre “fraude na urna eletrônica”, “fraude eleitoral” e “voto impresso” também tiveram recorde naquele mês (SIMONATO, 2021).

Essa mobilização na internet pela descredibilização do sistema democrático brasileiro é simultânea às ameaças insistentes do presidente de não realização das eleições em 2022, no caso (já confirmado) de desaprovação da PEC 135/2019. Além disso, após três anos afirmando ter provas sobre fraudes eleitorais, em 29 de julho, Bolsonaro realizou uma “live bomba” para apresentar seus argumentos. Na transmissão, afirmou velhas e novas mentiras, ao lado de um especialista que apresentou dados falaciosos, tanto é que o vídeo da live foi derrubado, já com quase 700 mil visualizações (SIMONATO, 2021).

O TSE aponta três problemáticas centrais ao voto impresso (ENTENDA..., 2021):

O primeiro é que ele tem mais chances de ser fraudado do que o voto eletrônico, já que as pessoas manusearão os papéis. O segundo é que, a cada dois anos, será necessário montar um grande esquema logístico para garantir o transporte e o armazenamento seguro dos votos dos 148 milhões de eleitores brasileiros. O terceiro é o risco de judicialização das eleições (ENTENDA..., 2021).

Segundo o Tribunal, isso abriria portas para candidatos derrotados alegarem fraude e colocarem à prova a legitimidade das eleições e da vitória de adversários, provocando fragilização política, prática comum durante o tempo das cédulas de papel (ENTENDA...,

2021). Infelizmente, diante da grande campanha de desinformação, é improvável que os resultados das urnas não sejam questionados no próximo processo eleitoral.

Articuladas à propagação de *fake news*, o governo vem realizando uma série de ameaças vinculadas ao tema das eleições. Bolsonaro ameaçou diversas vezes promover atos violentos e anti-democráticos. Em janeiro de 2021, disse: “se nós não tivermos o voto impresso em 2022, nós vamos ter problema pior que os Estados Unidos” e, mais uma vez em junho, afirmou “se [o Congresso] promulgar, teremos eleições, sim, com voto auditável. Caso contrário, teremos dúvida nas eleições. Podemos ter um problema seríssimo. Pode um lado ou outro não aceitar e criar uma convulsão no Brasil” (ENTENDA..., 2021). Convocando apoiadores, destacou que “vão arranjar problemas para o ano que vem. Se esse método continuar aí, sem a contagem pública, eles vão ter problemas. Porque algum lado pode não aceitar o resultado, e esse algum lado obviamente é o nosso”, e, em seguida, “ou fazemos eleições limpas no Brasil ou não temos eleições”. Na sequência, ameaçou que só entregaria “a faixa para quem ganhar no voto impresso”, por que, se mantida a urna eletrônica, “corremos o risco de não termos eleição no ano que vem” (NASCIMENTO, 2021).

As ameaças perpetradas se articulam aos conteúdos falsos em perfis bolsonaristas pela desmoralização das eleições de 2022. Entre técnicas de distorção de fatos, se destacam as que vinculam trechos alterados ou revogados de leis; projetos de lei não aprovados; declarações recortadas, descontextualizadas e adulteradas; e estatísticas e enquetes mentirosas.

O combate às *fake news*

Em votações unânimes, o TSE aprovou a abertura de inquérito administrativo contra Bolsonaro e seus aliados para tratar dos ataques à legitimidade das eleições (com objetivo de investigar abuso de poder político e econômico, fraude, corrupção, propaganda

extemporânea e condutas vedadas). O TSE solicitou ao Supremo Tribunal Federal (STF), ainda, que iniciasse uma investigação contra o presidente pela disseminação de *fake news* contra a urna eletrônica e as eleições, no “inquérito das *fake news*”. O relator rapidamente acatou o pedido, tornando Bolsonaro alvo investigado (TSE PEDE..., 2021).

O Ministro do STF Luís Roberto Barroso, em posse na Presidência do TSE, afirmou que as ações são “antidemocráticas”. Em coro, o ministro do STF, Alexandre de Moraes, relator da investigação, afirmou que “com a democracia não se brinca”. O resultado do julgamento pode tornar Bolsonaro inelegível, em caso de condenação judicial, o que exigiria a autorização de dois terços da Câmara. Já o inquérito administrativo pode levar a multas e embasar uma possível contestação da candidatura de Bolsonaro (TSE PEDE..., 2021). Outras ações correm no TSE, solicitando a cassação da chapa de Bolsonaro por abuso cometido nos ataques cibernéticos. Tais ataques beneficiaram sua imagem e eleição ao dispararem mentiras sobre os demais candidatos e variadas temáticas (D’AGOSATINO, 2021).

Além disso, o TSE lançou uma parceria com grandes mídias sociais (Facebook, Instagram e WhatsApp) para combater a desinformação. Entre os mecanismos desenvolvidos, estão as seguintes: a) um canal de comunicação com o Tribunal para denúncias de contas suspeitas de propagar, em massa, as mentiras; b) ferramentas para divulgação de conteúdo verdadeiro; c) produção de figurinhas com temáticas das eleições; e d) um robô que circula informações oficiais (D’AGOSATINO, 2021). Os mecanismos de denúncia buscam identificar contas contratadas por empresas para criarem usuários fantasmas, os “robôs”, que massificam o disparo das *fake news*. Algumas dessas empresas já são alvo de investigação da “CPMI das *fake news*”, inclusive contratadas durante a campanha eleitoral.

Considerações finais: *fake news* e democracia, um paradoxo

Apesar de extremamente importantes, as medidas adotadas ainda são insuficientes. As democracias enfrentam uma grave crise com os avanços da tecnologia, especialmente quando se tratam das mídias sociais e dos algoritmos que regem seu funcionamento. A influência direta das redes em movimentos e opiniões políticas podem afetar as eleições e outras dinâmicas sociais, como atestam muitos especialistas do Vale do Silício. O funcionamento dos algoritmos que, motivados pelo engajamento, impulsionam as notícias falsas, já causou e causa problemas ao redor do mundo (HARRIS, 2020). A principal questão, especialmente no atual contexto brasileiro, é que simplesmente “desmentir” as *fake news* várias horas depois do seu espalhamento não é suficiente, pois o alcance e o impacto real e psicológico da mentira acontece imediatamente. Além disso, a crescente polarização, também impulsionada pelas mídias sociais, muitas vezes bloqueia a percepção do que de fato é e significa a verdade.

A construção da narrativa de desconfiança no sistema eleitoral brasileiro cria, por um lado, a deslegitimação da participação democrática, o que impulsiona o já em curso processo de desengajamento no voto, manifestado nas quantidades de nulos, brancos e abstenções. A corrosão da confiança no processo significa, mais profundamente, uma crise da própria democracia. Não é por acaso que a pauta do voto impresso faz parte da pauta antidemocrática de grupos que pedem o fechamento do Congresso e do STF (KALIL, 2021). Por mais que seja de suma importância encontrarmos meios de nos proteger do efeito nocivo das redes, para o contexto atual, o estrago está feito e a tendência é de que, independentemente do que seja adotado como resposta, o resultado das urnas eletrônicas será questionado.

Vale nos questionarmos sobre as intenções por trás da busca pela substituição de um sistema eleitoral eficaz por um retrocesso que tornaria a democracia mais vulnerável. A impossibilidade material de implementar a proposta a tempo das eleições demonstra, também, que o propósito final é justamente a criação da instabilidade. Mesmo com a desaprovação da PEC 135/2019, sua finalidade já foi alcançada. A desconfiança na

democracia é, no curto prazo, um dano de difícil reversão (VELOSO, 2021). Para o agora, nos resta confiar que as instituições sejam suficientemente fortes para aguentar o que vier.

Referências

ARTIGO 19. **The Global Expression Report**. Article 19. 1ed. Julho/2021. ISBN: 978-1-910793-45-9. Disponível em: <https://artigo19.org/wp-content/blogs.dir/24/files/2021/08/A19-GxR-2021-FINAL.pdf>. Acesso em 23 ago 2021.

D'AGOSATINO, R. TSE lança parceria com redes sociais contra desinformação durante a campanha eleitoral. **G1**, Brasília. Setembro/2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2020/noticia/2020/09/30/tse-lanca-parceria-com-whatsapp-para-coibir-disparos-em-massa-nas-eleicoes.ghtml>. . Acesso em: 23 agosto 2021.

ENTENDA a polêmica em torno da PEC do voto impresso. **Agência Senado**, Brasília. Julho/2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/06/entenda-a-polemica-em-torno-da-pec-do-voto-impresso>. Acesso em: 23 agosto 2021.

HARRIS, T. Entrevista concedida ao documentário Dilema das Redes. Direção: Jeff Orlowski, Larissa Rhodes. **Produção Exposure Labs**. Estados Unidos: Netflix, 26 de janeiro de 2020.

KALIL, I. Entrevista concedida à Agência Senado. Julho/2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/06/entenda-a-polemica-em-torno-da-pec-do-voto-impresso>. Acesso em 23 ago 2021.

NASCIMENTO, Camila. A cada quatro dias, Bolsonaro faz ameaças às eleições de 2022. **Veja Abril**, São Paulo. Agosto/2021. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/maquiavel/a-cada-quatro-dias-bolsonaro-faz-ameacas-as-eleicoes-de-2022/>. Acesso em 23 ago 2021.

RANGEL, Ricardo. O voto impresso resolve os problemas da urna eletrônica? **Veja Abril**, São Paulo. Agosto/2021. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/ricardo-rangel/o-voto-impresso-resolve-os-problemas-da-urna-eletronica/>. Acesso em 23 ago 2021.

SIMONATO, Leticia. Voto impresso, a roupa nova da desinformação. **Revista Piauí**. Agosto/2022. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/voto-impresso-roupa-nova-da-desinformacao/>. Acesso em 23 ago 2021.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Conheça a história da urna eletrônica brasileira, que completa 18 anos**. 2014. Brasília. Disponível em: <https://tse.jusbrasil.com.br/noticias/124332120/conheca-a-historia-da-urna-eletronica-brasileira-que-completa-18-anos>. Acesso em 23 ago 2021.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Apuração dos votos não é feita de forma secreta pelo TSE**. Brasília. Agosto/2021. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2021/Agosto/fato-ou-boato-apuracao-dos-votos-nao-e-feita-de-forma-secreta-pelo-tse>. Acesso em 26 ago 2021.

TSE PEDE ao STF que investigue Bolsonaro por fake news contra urnas: entenda o que pode acontecer. **BBC News Brasil**. Agosto/2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-58070438>. Acesso em 26 ago 2021.

VELOSO, I. Entrevista concedida à Agência Senado. Julho/2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/06/entenda-a-polemica-em-torno-da-pec-do-voto-impresso>. Acesso em 23 ago 2021.

O papel da informação e da segurança eleitoral para as democracias latino-americanas

Nathalia Mamede

“En una democracia, la legitimidad y la fuerza de las instituciones se fortalecen por la fuerza del debate público sobre su funcionamiento, no por su represión”.

(OEA, 2019)

A partir de 2017, a questão da segurança eleitoral voltou a ganhar espaço na mídia, especialmente a partir da informação advinda da inteligência dos Estados Unidos de que as eleições de 2016, que levaram o ex-presidente Donald Trump ao poder, teriam sido alvo de operações russas de manipulação (HARRIS, 2019). Já a América do Sul em 2020 vivenciou diferentes questões, como as eleições na Venezuela, não reconhecidas pela Organização dos Estados Americanos (OEA), além da acusação de fraude, apoiada pela organização, das eleições bolivianas que reelegeram Evo Morales.

Nesse contexto e segundo o relatório “Consideraciones de Ciberseguridad del Proceso Democrático para América Latina y Caribe”, produzido pela Organização dos Estados Americanos (OEA) a partir dos dados de 34 Estados membros dos 35 que a compõem, cerca de 93% dos processos eleitorais atualmente são digitalizados ao menos em algum grau. Contudo, apesar de garantir uma maior participação, transparência e consciência do processo eleitoral, é necessário ressaltar que a região é a que mais sofre acidentes eleitorais cibernéticos (OEA, 2019).

Igualmente, segundo o relatório Global Cybersecurity Index (CGI) de 2020 da União Internacional de Telecomunicações (ITU), agência do Sistema das Nações Unidas para telecomunicações e tecnologias de informação (TICs), entre os países da região das Américas, apenas o Estados Unidos está entre os 10 mais bem colocados em cibersegurança,

considerando aspectos técnicos, organizacionais e de legislação, desenvolvimento de capacidade e cooperação. Ainda, nenhum país da América Latina figura entre os melhores colocados do ranking, o que registra uma falha das políticas públicas adotadas com relação à segurança digital na região.

Por fim, é necessário entender que a manipulação do processo eleitoral não necessariamente ocorre no dia da votação ou na contagem dos votos. Segundo publicação da Harvard Kennedy School, existem três categorias distintas de acidentes eleitorais cibernéticos, sendo elas a) criação de contas falsas para desacreditar o sistema eleitoral e sua segurança; b) exposição de informações confidenciais acerca do processo eleitoral e c) criação de temas irrelevantes e midiáticos, a fim de tirar o foco das eleições (HARVARD, 2020 apud OEA, 2019).

Cibersegurança e democracia na América Latina

As soluções digitais e tecnologias de informação e comunicação (TICs) foram incorporadas aos processos diários nas últimas décadas, bem como para solucionar os entraves do processo democrático e sua principal expressão, as eleições. A partir da informação supracitada levantada pelo relatório supracitado da OEA (2019), mais de 90% dos países participantes possuem algum nível de digitalização dos processos democráticos, sendo 75% com bases de dados e páginas institucionais.

É importante ressaltar que, pelo levantamento, cerca de 50% dos países não possuem legislação sobre o processo eleitoral relativa à crescente digitalização da democracia na região. Ainda, a maioria dos países dizem não ter ciência sobre ataques cibernéticos nos seus sistemas, o que, segundo a organização, poderia significar um desconhecimento por parte dos Estados dos ataques já existentes, uma vez que não existem métodos para a detecção desses incidentes (OEA, 2019).

Ademais, os Estados membros antecipam um aumento de acidentes relacionados com cibersegurança, uma vez que há um acréscimo significativo da participação tecnológica nos processos e instituições de cada país. A maioria indicou que já existem comitês ou grupos destinados a compreender as ameaças, enquanto a outra parcela de Estados não espera ter pessoal responsável por essa questão até suas próximas eleições. Com relação a uma possível contenção de danos ligada à segurança eleitoral, cerca de 35% dos Estados não possuem planos de gestão nem organismos de gestão designados para o tema caso atravessem desafios, como ataques cibernéticos. Esse fato demonstra que há falta de consciência e de capacidade humana de gerir questões relacionadas ao marco digital, às eleições e ao processo democrático na América Latina.

Finalmente, a pesquisa entende que existem adversidades em comum nesses campos, como desafios digitais, capacidade humana, vontade política, marco legal e medidas de procedimento (OEA, 2019). Ainda, acrescenta-se uma infraestrutura digital enfraquecida na região, especialmente quando estão em questão Estados com um menor poder econômico. É preciso entender os desafios de segurança digital para evitar que os sistemas eleitorais sejam questionados a ponto de abalar a participação popular nas instituições democráticas.

Segurança eleitoral: o caso boliviano

Em 2019, a eleição que indicou Evo Morales como reeleito no país andino ainda em primeiro turno foi alvo de especulações e intervenção da OEA no processo eleitoral. Devido a suspeitas de fraude durante o pleito, uma missão de observação eleitoral da OEA foi enviada ao país. A missão solicitou uma auditoria à OEA de todo o processo eleitoral, apresentando um relatório com recomendações para uma possível chamada de segundo turno. O caso boliviano encontrou uma drástica diferença na apresentação parcial do resultado das eleições em um curto período de tempo, podendo configurar um cenário de

fraude entre a disputa de Morales e Carlos Mesa, candidato adversário que iria ao segundo turno (FLORES; MAMEDE; MAMEDES, 2019).

O cenário mais acentuado ocorreu no dia 20 de outubro, quando o Tribunal Superior Eleitoral Boliviano divulgou os resultados do Sistema de Transmissão de Resultados Eleitorais Preliminares (TREP). Os dados indicavam a ocorrência de um segundo turno, porém, ainda no dia 20, o TSE deixou de divulgar resultados preliminares por decisão do plenário, com mais de 80% das atas já registradas. No dia 21, o Tribunal divulgou dados que foram considerados inexplicáveis, com uma modificação no resultado da eleição.

Ao analisar todo o sistema eleitoral, a missão da OEA concluiu que seria estatisticamente improvável que Morales tenha obtido uma diferença de 10% para, de fato, evitar um segundo turno. Segundo o relatório final da missão, os técnicos da OEA dispunham das informações e do acesso necessários para realizar seu trabalho, indicando transparência do processo. Outrossim, a Organização indicou a convocação de um novo processo eleitoral, o qual foi respeitado pelo presidente Morales, que convocou novas eleições. Apesar disso, houve pressão doméstica e internacional para sua saída, culminando em sua renúncia. Conseqüentemente, as eleições foram convocadas apenas em 2020, com participação de observadores eleitorais da OEA, elegendo Luis Arce, atual presidente boliviano.

Nesse contexto, surgiram especulações que atrapalham o processo eleitoral, bem como a confiança nas instituições democráticas na América Latina por meio de declarações de fraudes eleitorais. Meios de comunicação como o *The New York Times* e o *The Intercept* avaliam que o relatório da organização era falho e possuía brechas relevantes, ressaltando ainda o apoio incondicional que a OEA recebeu em seu relatório, destituindo um presidente eleito por meio de informações sem completude. Segundo o *El País*, um estudo do MIT Election Data and Science Lab também atesta que não há evidência estatística que possa provar a suposta fraude.

Por fim, é necessário entender como a disseminação da informação, ainda que supostamente errônea, levou ao aumento da desconfiança em um processo eleitoral que, em primeira leitura, não era fraudulento. É importante apontar que o processo democrático sem o apoio de observadores eleitorais e organizações que possam realizar esse papel se torna mais delicado, porém há problemas acarretados à democracia e à instabilidade da instituição com o apontamento de fraudes eleitorais que interferem no acesso à informação pelos meios de comunicação e gerando instabilidade política.

Considerações finais

Percebe-se ser necessário, a partir das informações acima, entender as lacunas de adaptação da América Latina no que tange à proteção dos sistemas eleitorais e das informações relacionadas à democracia. Como apontado, não somente fraudes de contagem de votos devem ser levadas em consideração, mas a disseminação de informações como um todo, sem contexto e sem comprovação de sua integridade, podendo afetar a instituição democrática na região e criar uma instabilidade política já conhecida pelas nações latinoamericanas.

O caso do Estado Plurinacional da Bolívia levanta uma questão importante que poderá se repetir em outros países da região, caso não haja transparência e meios de comprovação de informação, além de legislações de segurança eleitoral que garantam processos justos. Cabe ressaltar que essa discussão ganha espaço em um momento democrático frágil, em que processos eleitorais estão sendo questionados na América Latina e, especialmente, no Brasil.

Por fim, é preciso criar uma consciência ampla do processo eleitoral e da importância da segurança desse processo para o exercício da democracia. O estímulo às capacidades digitais e ao desenvolvimento de melhor infraestrutura pode gerar uma maior

transparência e participação popular nesses processos, além da revisão dos marcos regulatórios dos Estados da região com intenção de fortalecer a democracia.

Referências

FLORES, A.; MAMEDE, N.; MAMEDES, L. **Análise política das instituições democráticas na Bolívia**. 2019.

GREENWALD, G. Mídia americana finalmente admite que era falho relatório da OEA que ajudou a espalhar e levou a golpe na Bolívia. **The Intercept Brasil**, 9 jun. 2020. Disponível em: <https://theintercept.com/2020/06/09/midia-americana-oea-eleicao-bolivia/>. Acesso em: 23 ago. 2021.

HARRIS, K. *Smart on Security*. Penguin Books, United States of America, 2019. Capítulo 9. In: HARRIS, K. **The truths we hold: An American Journey**. Penguin Books, United States of America, 2019.

LABORDE, A.. Estudo do MIT não encontra evidência estatística de fraude nas eleições da Bolívia. **El País**, 28 fev. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-02-28/estudo-do-mit-nao-encontra-evidencia-estatistica-de-fraude-nas-eleicoes-da-bolivia.html>. Acesso em: 23 ago. 2021.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS [OEA]. **Consideraciones de ciberseguridad del Proceso Democrático para América Latina y el Caribe**. 2019. Disponível em: <https://www.oas.org/es/sms/cicte/docs/ESP-Cybersecurity-Democratic-Process-LAC.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2021.

UNIÃO INTERNACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES (ITU). **Global Cybersecurity Index (2020)**. Genebra, 2020. Disponível em: <https://www.itu.int/epublications/publication/global-cybersecurity-index-2020/en/>. Acesso em: 23 ago. 2021.

Con Mis Hijos No Te Metas: uma análise sobre movimentos sociais, desinformação e políticas públicas

Alessandra De Rossi

Introdução

O uso da desinformação como forma de manipulação da agenda política tem progressivamente se tornado um fenômeno consolidado na América Latina (SERELLE; SOARES, 2021). Do estabelecimento de políticas públicas até o resultado de eleições, o controle do discurso é uma ferramenta essencial para a onda conservadora. A ascensão e popularização do movimento social transnacional *Con Mis Hijos No Te Metas* (CMHNTM) no Peru, impulsionada pelas forças religiosas e neoconservadoras locais (CORRÊA, [s. d.]), ilustra a perigosa dinâmica existente entre democracia, desinformação e prestação de contas.

O país, interpretado como regime híbrido pelo *Democracy Index* (2019), mas que se autodefine como uma democracia representativa e pluripartidarista, decidiu, com a eleição de Pedro Pablo Kuczynski, adotar medidas progressistas com relação às temáticas de gênero. A co-construção entre agente e estrutura (ONUF, 1989), visível desde os primeiros momentos do caso peruano, discutido abaixo, possibilita o estabelecimento de um nexo causal entre desinformação e construção de resultados na era do fazer política digitalizado. Com isso em mente, a presente análise de conjuntura dividir-se-á em duas seções, com adicionais introdução e conclusão. Na primeira seção, será realizado um breve levantamento histórico da ação e formação do movimento social *Com Mis Hijos No Te Metas*. A segunda seção será responsável por ilustrar os mecanismos de coação política adotados pelo grupo, estabelecendo um nexo causal entre desinformação, processos de escolha democrática e controle de resultados.

Construindo narrativas: neoconservadorismo e agência

Fundado em Lima, no ano de 2016, o movimento social *Com Mis Hijos No Te Metas* surge como uma campanha contra o novo Currículo Nacional da Educação Básica do Ministério da Educação (MENESES, 2019), em pauta desde 2013. Similar ao brasileiro Escola Sem Partido, a organização procurou cercar medidas progressistas aplicadas à educação e à administração pública. A "ideologia de gênero", ameaçadora por interpretar as diferenças entre homens e mulheres como parte de um conjunto de regras socialmente construído e não biologicamente dado (MIRANDA-NOVOA, 2012), é fortemente combatida pelo grupo, sendo vista como uma perigosa ferramenta imperialista, que leva os Estados a violar liberdades individuais (ROUSSEAU, 2020).

A atuação nacional do grupo ganhou força por meio de marchas, organizadas no início de 2017 no Peru, onde manifestantes pediam a suspensão das novas normas curriculares propostas por Jaime Saavedra, Ministro da Educação na época. O líder mais conhecido do CMHNTM, Christian Rosas, formado em direito internacional e política na *Evangelical Liberty University*, com sede na Virgínia, Estados Unidos, dirige a conservadora associação civil evangélica *Coordinadora Nacional Pro Familia* (ROUSSEAU, 2020) e costuma viajar às capitais latino-americanas para propagar seu discurso. A presença transnacional do CMHNTM começa, portanto, através do alinhamento ideológico e discursivo a outros movimentos sociais com agendas similares.

A existência de atores neoconservadores religiosos no Peru foi essencial para a popularização inicial do movimento. Carregando consigo escândalos sobre manipulação de informação desde sua fundação, *Con Mis Hijos No Te Metas* uniu-se aos grupos de "cidadãos lutando por seus direitos", que usam discursos seculares e argumentos para mascarar sua origem e propósito religioso (CORRÊA, [s. d.]), aumentando, assim, sua

capacidade de barganha com os líderes políticos locais. Nesse cenário, a resistência contra a parte da reforma curricular com enfoque nas discussões de gênero passa a mobilizar parcelas cada vez maiores da população.

Agindo como uma cortina de fumaça, o movimento social munuiu-se, em conjunto com outros atores neoconservadores apoiadores de Fujimori, ex-presidente peruano responsável pelo fechamento do Congresso e pelo autogolpe de Estado de 1992 no país, do uso de desinformação para influenciar o processo democrático de criação de políticas públicas. Assunto recorrente no país desde 1993, a reforma curricular foi construída a partir de demandas sociais, culturais e políticas (FERRER, 2004), buscando, em última instância, a construção de um conteúdo pragmático capaz de moldar positivamente os estudantes a ele expostos. As discussões de base que, quando o movimento foi criado já perduravam há anos, foram diretamente impactadas pela ação do movimento. A próxima seção dessa análise se debruçará, então, sobre o importante papel do acesso à informação em meio a processos de estabelecimento de políticas públicas.

O poder do imoral: como interesses nacionais nascem

Procurando alcançar nichos cada vez mais amplos da população, as manifestações promovidas pelo CMHNTM se apropriaram do poder da desinformação para angariar apoio em sua tentativa de retenção da reforma curricular. Por meio do controle do discurso, constrói-se uma narrativa conservadora focada em proteger os valores morais supostamente ameaçados pela agenda progressista em pauta. A ameaça inerente da atualização do currículo nacional perpassa, então, pela estabilidade da unidade familiar e pelo bem-estar das crianças: a defesa da decência e da moralidade, a partir dessa retórica, reside na capacidade do movimento social de deter a "ideologia de gênero", vista como inimiga dos bons costumes.

Para isso, o grupo adere à prática já popularizada na América Latina de criação e divulgação de materiais produzidos sem rigor científico, quase sempre carregados de informação falsa e projetados para manipular a visão do objeto de debate (ATHAYDES; ÁLVAREZ-NOBELL; SADI,, 2020). Mensagens com conteúdo programado para dispersar a atenção do ponto central da discussão — a melhora, a longo prazo, da formação dos estudantes peruanos — passam a ser disparadas por meio de redes sociais e aplicativos de comunicação. A onda de desinformação impulsionada pelo grupo chegou a criar versões falsificadas de livros didáticos e receber o apoio de congressistas fujimoristas como Nelly Cuadros e Juan Carlos Gonzales.

O sucesso do *Com Mis Hijas No Te Metas* em instrumentalizar o discurso, e com ele impactar o processo de construção dos interesses nacionais, indica a criação de uma identidade única (WENDT, 1992) do movimento que, pouco a pouco, ganha capacidade de barganha com o governo local. Por causa da pressão das mobilizações que ocorreram no país, no final de agosto, a Suprema Corte de Justiça do Peru anulou o enfoque à igualdade de gênero no currículo escolar de 2017 (PINA, 2017). Com isso, o governo peruano recolheu os novos exemplares de livros didáticos. As edições haviam sido distribuídas há pouco menos de seis meses em mais de 11 mil escolas públicas do país (PINA, 2017).

Bem-sucedido em sua investida, o movimento goza até hoje de influência transnacional. A hashtag *#ConMisHijosNoTeMetas*, promovida na época, se tornou símbolo de resistência religiosa nas redes sociais e costuma ressurgir periodicamente; quando as discussões do Escola Sem Partido ganharam tração no Brasil, líderes do movimento peruano mobilizaram suas forças a favor da iniciativa, promovendo-a mais uma vez em solidariedade. A criação de um grupo de interesse politicamente situado na extrema direita e autodenominado defensor da moral se encaixa perfeitamente dentro da narrativa proposta pela crescente onda conservadora latino-americana. Normalmente dotados de pouca capacidade de influência originalmente, parcelas da sociedade mesclam

desinformação e manipulação para desestabilizar as já fragilizadas democracias do Sul Global.

Considerações Finais

O movimento social *Com Mis Hijos No Te Metas* e sua atuação no processo de pleito do novo Currículo Nacional da Educação Básica do Ministério da Educação no caso peruano são um retrato perfeito do poder da desinformação no sistema democrático (MENESES, 2019). A manipulação do discurso e o uso de redes sociais para propagar representações nocivas ao projeto de reforma curricular obtiveram sucesso inquestionável, sendo responsáveis pela exclusão das cláusulas relativas à "ideologia de gênero" do projeto (PINA, 2017).

A clareza de que desinformação e democracia são conceitos opostos — enquanto um promove a exclusão de discursos, o outro depende dessa para sua plena existência — ajuda no estabelecimento de um nexos causal entre o papel do acesso restrito ao conhecimento e o controle de resultados políticos em democracias. Ao limitar o formato e o conteúdo das informações que atingiam o grande público, bombardeando redes sociais, ruas e noticiários com discursos ideológicos, o CMHNTM sufoca o pragmatismo político essencial para o bem-estar democrático.

Responsável por atender as demandas da população e suscetível à agência dos grupos de interesse inseridos na discussão, o governo peruano opta por excluir parte das medidas inéditas e transformadoras do novo currículo nacional. Escolhe-se, então, a aprovação de alguma política ao invés de nenhuma. Uma vez completa, a transformação dos interesses nacionais, pautada desde o início por ideais não representativos da população como um todo, se solidifica. A longo prazo, no caso peruano, o impacto do discurso se transforma em 11,04% de angariamento dos votos presidenciais em 2019 para o recém-

inaugurado partido conservado Cabildo Abierto (MOLINA-CAÑABATE; MAGALLÓN-ROSA, 2021).

Para além de uma simples disputa pelo elenco de prioridades na pauta estatal, a desinformação instrumentalizada pela onda conservadora (CASARÕES, 2019), aqui ilustrada a partir do caso peruano, modifica o fazer político e inaugura uma nova esfera, informal e instantânea, do espaço público. Políticas de Estado, até então inquestionáveis, passam por um processo de reestruturação frente à presença cada vez mais marcante de novos interesses nacionais, construídos por identidades religiosas. O atualmente incontrolável *Com Mis Hijos No Te Metas* não pode ser apontado como o causador da crise de pragmatismo nas democracias que a América Latina enfrenta atualmente, mas seu uso da desinformação e do moralismo para manipular agendas aponta, sem dúvidas, para uma série de tendências que perdurarão.

Referências

- ATHAYDES, A.; ÁLVAREZ-NOBELL, A.; SADI, G. Fake news y relaciones públicas en América Latina. **InMediaciones de la Comunicación**, v. 15, n. 1, p. 25-40, 2020.
- CASARÕES, G. Eleições, política externa e os desafios do novo governo brasileiro. **Pensamiento Propio**, 24, 2019, p. 231-274.
- CORRÊA, E. **ANTI - GENDER POLITICS IN LATIN AMERICA Summaries of Country Case Studies**. [S. l.: s. n.], [s. d.].
- EIU. Democracy Index 2018: Me too? Political Participation, Protest and Democracy. **The Economist Intelligence Unit**, [s. l.], p. 1–68, 2019.
- FERRER, G. **Las reformas curriculares de Perú, Colombia, Chile y Argentina: ¿Quién responde por los resultados?** [S. l.: s. n.], 2004.
- MENESES, D. Con Mis Hijos No Te Metas: un estudio de discurso y poder en un grupo de Facebook peruano opuesto a la «ideología de género». **Anthropologica**, [s. l.], v. 37, n. 42, p. 129–154, 2019. DOI: 10.18800/anthropologica.201901.006
- MIRANDA-NOVOA, M. Diferencia Entre La Perspectiva De Género Y La Ideología De Género. *Dikaion*, **Chin**, v. 21, n. 2, p. 337-356, 2012. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-89422012000200002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 16 set. 2021.
- MOLINA-Cañabate, J; MAGALLÓN-ROSA, R. Desinformación y fact-checking en las elecciones uruguayas de 2019. El caso de Verificado Uruguay. **Perspectivas de la comunicación**, v. 14, n. 1, p. 89-112, 2021.
- ONUF, N. *World of our Making*. Columbia: **University of South Carolina Press**, 1989.
- PINA, R. Do México ao Uruguai, campanha contra “ideologia de gênero” mobiliza conservadores. **Brasil de Fato**: 2017. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/11/29/do-mexico-ao-uruguai-campanha-contra-ideologia-de-genero-mobiliza-conservadores>. Acesso em: 17 set. 2021.
- ROUSSEAU, S. Antigender Activism in Peru and Its Impact on State Policy. **Politics and Gender**, [s. l.], v. 16, n. 1, p. 25–32, 2020. Disponível em: DOI: 10.1017/S1743923X20000070
- SERELLE, M.; SOARES, DE LIMA, R. As novas formas do falso: entretenimento, desinformação e política nas redes digitais. **Intexto**, [s. l.], n. 52, p. 94842, 2021. DOI: 10.19132/1807-8583202152.94842
- WENDT, A. Anarchy is what states make of it. **International Organization**, vol. 46, n. 2, 1992.

Representação política online e o fenômeno da CPI da Covid nas redes sociais

João Mattar & Luiza Ferreira

A crescente adesão da população às redes sociais trouxe implicações não somente para a vida dos indivíduos no âmbito pessoal, mas também afetou consideravelmente a política e a forma como os representantes relacionam-se com seus eleitores. A Era da Visibilidade, caracterizada pela existência de canais de comunicação diretos entre políticos e os demais cidadãos, consolidou um novo modelo de relacionamento entre representantes e representados (ALMEIDA; GOMES, 2021). A comunicação direta possibilitou a construção de relações mais próximas, principalmente, entre membros do Legislativo e os eleitores, que se sentem mais atraídos pelo Congresso Nacional na medida em que consomem mais informações, ao mesmo tempo em que demandam maior transparência dos parlamentares (*ibid.*, 2021).

Assim sendo, as redes sociais atuam como uma extensão da política *offline*. Um exemplo pungente dessa dinâmica no Congresso é a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia, caracterizada pela intensa participação popular nas redes e pelo contato direto entre congressistas e eleitores. Diante desse contexto, o presente texto busca analisar a influência das redes sociais sobre a política do Congresso Nacional, baseado no desempenho dos parlamentares na última legislatura e com ênfase nos episódios ocorridos no âmbito da CPI da Pandemia.

Segundo o dossiê “Parlamento, Mídias e Sociedade”, o fenômeno de aproximação virtual entre parlamentares e eleitores levou ao declínio do poder de mediação dos veículos convencionais de mídia e ao aumento do poder das mídias digitais (BARROS *et al.*, 2019). Nesse contexto, diferentemente do que era observado antes da difusão da tecnologia digital, em que a força política e o contato direto entre políticos e a população eram mais expressivos

durante campanhas eleitorais, as mídias sociais ampliaram os espaços de discussão política de forma contínua, como se as campanhas nunca fossem interrompidas (BARROS *et al.*, 2019).

Diante da consolidação dessa nova dinâmica de relacionamento, novas pesquisas acadêmicas surgiram buscando analisar e mapear como a atividade política *offline* pode ser entendida a partir da observação de comportamentos virtuais. A maior parte dessas pesquisas analisam, especialmente, o impacto do Twitter na política e na atuação parlamentar. Os mecanismos de interação existentes nessa rede social, originada a partir de um serviço de *microblogging*, estimulam o engajamento imediato e constante entre os criadores de conteúdo e os seus receptores, no caso, os parlamentares e os eleitores.

No artigo “Embates e silêncios: Lideranças Partidárias do Legislativo no Twitter”, as autoras buscam analisar a atual conjuntura das alianças partidárias no Congresso por meio do uso do Twitter (ALMEIDA; GOMES, 2021). Elas defendem que o Twitter é, frequentemente, o principal canal de comunicação entre os cidadãos e os demais atores políticos, situação que, por sua vez, tem transformado a rede social em um canal de pronunciamentos oficiais tanto no nível da política externa quanto interna (*ibid.*, 2021).

As relações políticas no Twitter, por sua vez, não existem em um vazio e, segundo as autoras, não há uma divisão expressiva entre o mundo real e o virtual. Trata-se de um *continuum* em que o online e offline alimentam-se e influenciam-se mutuamente (*ibid.*, 2021). Essa visão de continuidade é, de certa forma, explorada pelo pesquisador Marcelo Amaral, que analisou a forma como os parlamentares relacionam-se no Twitter entre si e com os eleitores. Amaral sugere que essas novas formas de comunicação e manifestação política podem apenas estar reproduzindo estruturas já existentes na política brasileira offline, como patronagem e patrimonialismo (AMARAL; PINHO, 2017).

Segundo Amaral, políticos dos pequenos partidos são menos populares no Twitter, enquanto políticos de grandes bancadas parlamentares possuem mais seguidores e taxas de engajamento maiores (AMARAL *et al.*, 2015). O ranking de influência do Congresso da

agência FSB Comunicação destacou que, em 2020, os parlamentares do PT e do PSL, que compõem as duas maiores bancadas da Câmara, são os mais ativos nas redes sociais e apresentam as maiores taxas de engajamento (FSB COMUNICAÇÃO, 2020). Ainda, Amaral destaca ainda que existem “políticos celebridades”, que possuem níveis de popularidade muito acima da média dos demais parlamentares e estão distribuídos entre todas as ideologias partidárias. Esse cenário aponta, portanto, para a existência de dois Congressos: um que está conectado à sociedade moderna e outro mais tradicional, que segue alheio às novas tecnologias (*ibid.*, 2015).

Esse fenômeno de divisão das Casas Legislativas pode ser observado no contraste entre o discurso e a atuação dos novos parlamentares eleitos em 2018. De um total de 557 cadeiras disponíveis, 120 foram ocupadas por políticos de primeiro mandato, sendo esta a maior taxa de renovação em 20 anos (CAMPOS, 2018). Entre os novos parlamentares, a maior parte possui forte atuação nas redes sociais e utiliza uma narrativa de contraposição à “velha política”, que se tornou bem popular nas últimas eleições (BRAGON; BRANT, 2021).

Entretanto, a realidade da atuação desses parlamentares mostrou-se diferente da expectativa da campanha eleitoral. Entre os congressistas de primeiro mandato, apenas 10% conseguiram ocupar cargos de liderança nas comissões ou na mesa diretora das casas (BRAGON; BRANT, 2021). Entre as exceções nesse cenário, encontram-se parlamentares que, apesar de novatos, compõem bancadas influentes, como o caso das governistas Bia Kicis (PSL-DF) e Carla Zambelli (PSL-SP), que ocupam cargos de presidência em Comissões da Câmara dos Deputados. Dessa forma, fica evidente que o Congresso tradicional ainda tem um peso considerável dentro da construção da agenda política no Legislativo nacional.

A CPI da Pandemia representa muito bem a confluência entre redes sociais e política no Parlamento. Instalada no Senado Federal no dia 27 de abril, rapidamente se tornou um fenômeno entre os internautas. Em especial, chama atenção o engajamento e

participação direta do público nos trabalhos de inquirição dos depoentes e delineamento das investigações.

O evento mais categórico ocorreu durante o depoimento do ex-secretário de Comunicação, Fabio Wajngarten. Ao responder os senadores, ele alegou que não tinha envolvimento com a campanha "O Brasil não pode parar", lançada pelo governo Bolsonaro em março de 2020, porque estava afastado em decorrência da Covid-19 e não estaria trabalhando durante a veiculação do material. No mesmo instante, o perfil do Twitter "Jair me arrependi" resgatou trechos de uma *live* entre Wajngarten e o deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-RJ) em que ele afirma estar trabalhando normalmente naquele mês, inclusive aprovando campanhas na Secretaria Especial de Comunicação Social (Secom) (CERDEIRA, 2021). Ainda durante a mesma sessão, a publicação de "Jair me arrependi" foi usada ao vivo na CPI pelo senador Rogério Carvalho (PT-SE) para desmentir Wajngarten. O relator da CPI, senador Renan Calheiros (MDB-AL), chegou a pedir a prisão em flagrante do ex-secretário por falso testemunho (AGÊNCIA SENADO, 2021).

Esse episódio pavimentou o caminho para uma relação contínua entre senadores e internautas. Outro perfil do Twitter, "Tesoueiros do Jair", criou uma rede voluntária de trabalho para levantar e checar informações dadas pelos depoentes, organizando-as em documentos para enviar aos parlamentares. Segundo o administrador da página, que se mantém em anonimato, são cerca de 40 voluntários que vasculham documentos oficiais, declarações públicas, vídeos e post de membros do governo, além das centenas de contribuições difusas que chegam diariamente na caixa de mensagem da página. Para a administradora da "Jair me arrependi", seu trabalho e de seus semelhantes pode ser classificado como "ciberativismo" (GONÇALVES, 2021).

Pelas trocas de mensagens públicas na *timeline* e participação em iniciativas das páginas, é possível ver que os administradores possuem canal aberto com alguns membros chave da Comissão. O vice-presidente da CPI, senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), fez, inclusive, um agradecimento público reconhecendo suas contribuições aos trabalhos da

Comissão. Tanto Randolfe quanto o senador Omar Aziz (PSD-AM), presidente da CPI, participaram como convidados do podcast “República Debochevique”, programa coordenado por Leila Germano com participação da Jaime, do Tesouheiros e do Bolsoregrets (outra página similar do Twitter).

Por sua parte, os senadores que integram a CPI capitalizam politicamente em cima da popularização da Comissão nas redes sociais e impulsionam o fenômeno da mesma forma que são mobilizados por ele. Renan Calheiros (MDB-AL), político da velha guarda em seu quarto mandato no Senado Federal, soube surfar na onda. O senador mantém uma equipe para monitorar a repercussão de suas perguntas entre os internautas e utilizou até mesmo as perguntas sugeridas por seus seguidores do Instagram. Renan costuma fazer uso de materiais multimídia em suas inquirições, uma maneira de tentar viralizar ainda mais os depoimentos nas redes sociais (LINDNER; PORTINARI, 2021).

Um levantamento da consultoria Bites, a pedido do portal Poder360, mostrou que — uma vez agregados — os 11 titulares da CPI da Covid ganharam 1,5 milhão de seguidores no montante de usuários do Facebook, Twitter, Instagram e Youtube desde a implementação da CPI até o dia 10 de agosto. Renan Calheiros não é nem um dos que lideram o ranking — ganhou cerca de 77 mil. Os opositores ao governo, Randolfe e Omar, cuja proximidade com os ciberativistas do Twitter destacamos acima, ganharam 412 mil e 213 mil, respectivamente. Na liderança, desponta o senador Marcos Rogério (DEM-RO), que somou 469 mil novos seguidores, sobretudo por ter se tornado o grande representante do bolsonarismo na Comissão (PLIGHER; OLIVA, 2021).

De governistas aos opositores, o fenômeno da CPI atravessa o espectro ideológico e indica que não há exclusividade para mobilização política nas redes sociais. Também nos mostra o enfraquecimento do poder da imprensa tradicional em ser basilar na construção da opinião pública e de fazer a mediação com o Parlamento. Na CPI, os senadores dialogam diretamente com os internautas e sua inquirição aos depoentes é influenciada diretamente por essa dinâmica.

O transbordamento do mundo online ao mundo *offline*, no caso da Comissão, foi até mesmo um pouco alegórico, mas evidenciou um processo que vem se desenvolvendo há muitos anos, como indica a profusão de pesquisas a respeito do tema. Se por um lado o interesse popular no processo político observado na CPI da COVID não se manifesta nas demais Comissões do Congresso, por outro, é esperado que as eleições de 2022 intensifiquem a influência das redes sociais na representação parlamentar, considerando que o contato direto entre congressistas e a população é mais intenso durante períodos eleitorais.

Referências

AGÊNCIA SENADO. **Renan pede prisão de Wajngarten por mentir; Omar nega e diz que CPI “não é tribunal”**. 2021. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/05/12/renan-pede-prisao-de-wajngarten-por-mentir-omar-nega-e-diz-que-cpi-nao-e-tribunal>. Acesso em: 28 ago. 2021.

ALMEIDA, H. do N.; GOMES, L. P. V. Embates e silêncios: Lideranças Partidárias do Legislativo no Twitter. **Aurora: revista de arte, mídia e política**, v. 14, n. 40, p. 68-90, 2021. Disponível em: DOI: 10.23925/1982-6672.2021v14i40p68-90

AMARAL, M. S.; PINHO, J. A. G. de. Ideologias partidárias em 140 caracteres: uso do Twitter pelos parlamentares brasileiros. **Revista de Administração Pública**, v. 51, n. 6, p. 1041-1057, 2017. DOI: 10.1590/0034-7612155837

AMARAL, M. S.; PINHO, J. A. G. de; OLIVEIRA, L. S. de; AGUIAR, I. dos S. O Congresso nas Redes Sociais: uso do Twitter por parlamentares brasileiros. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**, n. 20, p. 47-76, 2015.

BARROS, A. T.; BERNARDES, C. B.; MITOZO, I.; LIMA, M. É. de O. Apresentação do Dossiê Parlamento, Mídias e Sociedade. **E-Legis - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados**, v. 12, n. 29, p. 11-14, 2019. Disponível em: DOI: 10.51206/e-legis.v12i29.536

BRAGON, R.; BRANT, D. Engolidos pela “velha política”, novatos que surfaram onda de 2018 submergem no baixo clero do Congresso. **Folha de S. Paulo**, 7 ago. 2021 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/08/engolidos-pela-velha-politica-novatos-que-surfaram-onda-de-2018-submergem-no-baixo-clero-do-congresso.shtm>. Acesso em: 22 ago. 2021.

CAMPOS, A. C. Taxa de renovação da Câmara dos Deputados foi a maior em 20 anos. **Agência Brasil**, 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-10/taxa-de-renovacao-da-camara-dos-deputados-foi-maior-em-20-anos>. Acesso em: 26 ago. 2021.

CERDEIRA, R. CPI da Covid ganha ajuda das redes sociais nos trabalhos de investigação, **CBN**, 10 jul. 2021. Disponível em: <https://cbn.globoradio.globo.com/media/audio/346628/cpi-da-covid-ganha-ajuda-das-redes-sociais-nos-tra.htm>. Acesso em: 28 ago. 2021.

GONÇALVES, M. E. Uma frente ampla de ciberativismo, do Twitter à CPI da Covid. **Revista Híbrida**. 2021. Disponível em: <https://revistahibrida.com.br/revista/edicao-7-movimento/uma-frente-ampla-de-ciberativismo-do-twitter-a-cpi-da-covid/>. Acesso em: 22 ago. 2021.

FSB COMUNICAÇÃO. **FSB Influência Congresso 2020 - Edição especial**. 2020. Disponível em: <https://www.fsb.com.br/wp-content/uploads/2020/07/Release-FSBinfluenciaCongresso-SEMESTRE-1-2020-20072020.pdf>. Acesso em: 18 set. 2021

LINDNER, J.; PORTINARI, N. Alvo de bolsonaristas na redes sociais, Renan passou a usá-las como aliadas na CPI da Covid. **Jornal O Globo**. 2021. Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/brasil/alvo-de-bolsonaristas-na-redes-sociais-renan-passou-usa-las-como-aliadas-na-cpi-da-covid-25061305>. Acesso em: 28 ago. 2021.

PLIGHER, P.; OLIVA, G. Senadores da CPI da Covid captam 1,5 milhão de seguidores nas redes. **Poder 360**, 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/congresso/senadores-da-cpi-da-covid-captam-15-milhao-de-seguidores-nas-redes/>. Acesso em: 28 ago. 2021.

Estados Unidos: A resistência à vacinação na era da pós-verdade

Ana Luísa Vitali

"I want to be crystal clear about what's happening in the country today: We have a pandemic of the unvaccinated."

(Joe Biden, 2021)

Após mais de 500 dias desde a declaração da pandemia do novo coronavírus pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e 4.5 milhões de mortes, o ano de 2021 trouxe uma relativa esperança: o início da vacinação em escala global. Como já era esperado, os Estados Unidos foram o grande caso de sucesso em aplicações e, em março deste ano, o país chegou a administrar 3 milhões de doses diariamente. Apesar do grande avanço inicial, a campanha de imunização está estagnada e há uma grande culpada para o fenômeno: a disseminação de notícias falsas sobre as vacinas, seus efeitos e a própria natureza da COVID-19.

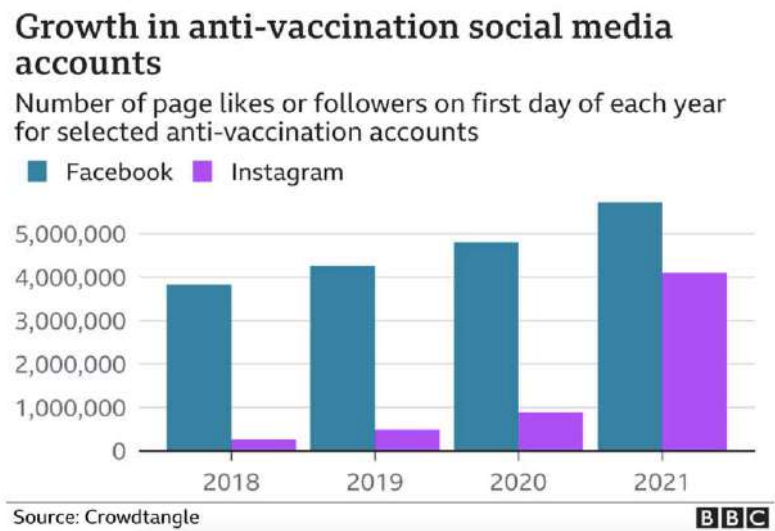
De acordo com especialistas, além das teorias conspiratórias criadas pelas *fake news*, há outras razões pelas quais os norte-americanos não estão se vacinando: falta de acesso às vacinas, recusa em ver a doença como uma ameaça, preocupação com os efeitos colaterais das vacinas, e pouca confiança nas vacinas ou nas instituições por trás delas (LOPEZ, 2021). Como muitas dessas razões se sobrepõem — por exemplo, um indivíduo pode confiar pouco na eficácia de uma vacina por conta de uma informação falsa — esta análise busca investigar os efeitos da mídia na vacinação contra o coronavírus durante a era da pós-verdade e discutir as possíveis ações que líderes de Estado devem tomar diante disso.

As teorias conspiratórias em torno das vacinas não são novas, contudo, cresceram muito frente ao desenvolvimento em tempo recorde do imunizante contra a COVID-19. Pelo menos metade das pessoas que dizem que não serão vacinadas acredita em, no mínimo,

uma teoria da conspiração relacionada aos efeitos da vacina — desde *microchips* até autismo e infertilidade —, de acordo com uma pesquisa feita pela YouGov (FRANKOVIC, 2021).

No Facebook, as principais páginas antivacinação cresceram 19% em 2020 e os seguidores de contas do Twitter que compartilham reivindicações antivacinas quase triplicaram. O aumento veio, claramente, junto com o crescimento geral da quantidade de pessoas que buscam virtualmente informações sobre saúde devido à pandemia. Apesar disso, os números brutos ainda significam que as falsas alegações antivacinas estão alcançando milhões a mais do que previamente (SPRING, 2021).

Figura 1: Crescimento de contas anti vacina em mídias sociais



Fonte: Crowdtangle (2021)

Ainda, é importante saber quem é esse público, para que os governos possam atuar em campanhas para reverter a situação. De acordo com matéria do New York Times, não há uma única resposta, mas é possível enxergar diversos padrões. Por exemplo, no grupo de pessoas que definitivamente não irão se vacinar, há uma mistura de indivíduos, mas eles tendem a ser desproporcionalmente brancos (70%), viver em áreas rurais, serem cristãos evangélicos e se identificar politicamente como conservadores – 67% se consideram republicanos (BOSMAN et al, 2021). Ademais, quase metade (48%) desse grupo possui entre 30 e 49 anos, uma idade de pessoas ativas em redes sociais, mas talvez não tão

familiarizadas com mecanismos de checagem de veracidade de postagens, portanto mais suscetíveis às *fake news*.

Quando perguntadas a razão pela qual não se vacinaram, a mesma pesquisa atestou que 53% estão preocupadas com efeitos colaterais, 37% não confiam em vacinas, 27% não confiam no governo e 26% não acham que precisam se vacinar, seja porque não veem o coronavírus como uma ameaça, seja porque acreditam ser saudáveis o suficiente para lutar contra a doença. Desse modo, é possível perceber como as campanhas de desinformação na internet influenciam nestes números, visto que essa desconfiança é alimentada pelas teorias conspiratórias – de qualquer magnitude que sejam.

É interessante analisar que a pesquisa não levou em consideração o gênero dos participantes. Assim como Cassesse, Farhar e Miller (2020) apontaram, há pouca atenção para o impacto do gênero como variável relacionada ao conspiracionismo. Após coleta de dados, concluíram que as informações coletadas indicam que as mulheres são menos propensas a acreditar nessas teorias. Apesar de as autoras não terem abordado as razões para esta discrepância, ainda é relevante considerar o gênero como variável ao falar da campanha de vacinação: em junho de 2021, a diferença entre homens e mulheres que haviam tomado a vacina nos Estados Unidos era de 9.5 milhões (PUZIO, 2021).

Diante de tantas pessoas que se recusam a se vacinar, surge a questão: a imunização deveria ser obrigatória? O tópico está em debate desde a aprovação das primeiras vacinas, mas vem ficando mais forte frente à atual estagnação em algumas campanhas, principalmente nos Estados Unidos. A questão é que vacinas sempre foram obrigatórias: sarampo, tétano e poliomielite são obrigatórias em 105 dos 193 países no mundo. A maioria dos países que exigem vacinas impõem uma ou mais penalidades contra os indivíduos que não as cumprem, sendo mais comuns as educacionais e financeiras (AWAN et al., 2020).

Assim, apesar de muitas críticas, vários países estão optando pela criação de "passaportes de vacina" e outras restrições para entradas em locais públicos e eventos. Já é necessário provar a vacinação de doenças como febre amarela para entrada em territórios

internacionais, mas como a imunização contra o coronavírus é mais recente, muitos governos ainda não implementaram tal programa. Um entrevistado pelo NYT disse que é contrário à medida, pois "a principal tarefa do governo dos Estados Unidos é me proteger de inimigos estrangeiros e domésticos. Não minha saúde. Eu estou no comando da minha saúde." (BOSMAN et al., 2021).

Dessa forma, é necessário discutir a obrigação ética e moral de se vacinar. Em um estudo de 2018, prévio à pandemia, um grupo de autores já abordava a questão. Eles analisaram que a "imunidade de rebanho" é um bem coletivo e público — essa só pode ser produzida por meio da cooperação de um alto número de pessoas e não é excludente e nem rival (DOUGLAS; GIUBILINI; SAVULESCU, 2018). Isso porque não é possível que alguém, mesmo não vacinado, deixe de ser protegido pelos efeitos da imunização coletiva e nem é possível excluir alguém desse cenário benéfico de alguma maneira. Por fim, a imunidade de rebanho também não é rival, no sentido de que qualquer um que se beneficie dela não reduz a extensão em que os outros também podem se beneficiar (ibid., 2018).

Ademais, quando se apresenta a obrigação moral de se vacinar, trata-se de pessoas que, por alguma razão, estão impedidas de se imunizar. Isso acontece, por exemplo, com pessoas muito jovens — atualmente a vacina contra a COVID-19 não está sendo administrada para pessoas com menos de 12 anos —, pessoas imunossuprimidas ou alérgicas a algum componente da vacina. Portanto, é trabalho de quem tem capacidade de se vacinar que o faça.

Isso posto, é simples perceber que os argumentos de que o Estado não pode interferir na integridade física do indivíduo são falhos. Uma democracia pressupõe não apenas direitos, mas deveres — tanto para os cidadãos quanto para os líderes. Um dos deveres dos líderes é proteger sua população, e, portanto, ninguém tem o direito de entrar em uma sala de aula lotada ou local de trabalho sem máscara e não vacinado, colocando outras pessoas em risco. A vacinação obrigatória não discrimina de forma antiética, é simplesmente uma ferramenta que se aplica igualmente a todos.

No caso dos Estados Unidos, as vacinações obrigatórias são relativamente comuns: os estados possuem a autoridade constitucional de poder obrigar a imunização. Contudo, o governo federal está mais limitado, podendo apenas realizar tal ação se o objetivo for prevenir a transmissão de uma doença infecciosa perigosa por meio das fronteiras estaduais ou internacionais – exatamente o caso do coronavírus (GOSTIN, 2021). Porém, a pandemia foi politizada de uma maneira jamais vista. Em outros casos, como Zika, Ebola ou Influenza, os estados buscaram incentivar questões sanitárias e, hoje, vários estão fazendo o oposto, tentando impedir que a vacinação avance.

Mesmo assim, o presidente Joe Biden anunciou em setembro que tornará obrigatória a vacinação em alguns setores, principalmente dentro do governo federal, em uma tentativa de controlar a disseminação do coronavírus no país. Funcionários federais e contratados do governo federal terão que se vacinar, e as regras para trabalhadores da saúde também estão mais rígidas. Ademais, o exército americano também não poderá optar pela vacinação, o que fará as porcentagens aumentarem um pouco, mas não o suficiente para a cobertura vacinal desejada (MENDEZ, 2021).

A esperança, talvez, esteja no setor privado. O setor tem ampla liberdade de ação na definição de condições para trabalhadores e clientes e as empresas têm o dever legal e ético de manter a segurança do local de trabalho. Desse modo, muitas pessoas podem acabar sendo obrigadas a se vacinar não por conta do governo, mas por esforços das empresas. Seja para trabalhar ou entrar em um restaurante, o setor privado provavelmente fará o que os líderes têm medo de fazer: obrigar a vacinação, a despeito das críticas dos conspiracionistas.

O fato é que os Estados Unidos possuem um longo caminho a percorrer. No Brasil, mesmo com diversos atrasos, recusas de compra de campanha e uma rede de informações falsas sendo mantida diariamente pelo próprio presidente, o percentual de adultos vacinados (com ao menos uma dose) é maior do que o americano e previsões dizem que provavelmente o número de pessoas completamente vacinadas será superado em breve,

mesmo em comparação com a nação mais rica do mundo, que hoje possui excedente de doses (FERNANDES, 2021).

Por fim, o exemplo do país norte-americano durante a pandemia lembra que é necessário pensarmos a relação entre as mídias sociais durante a era da pós-verdade. Não só o conhecimento científico tem perdido valor, como há uma aparente necessidade de saber de tudo, já que tantas informações são acessadas na ponta dos dedos. Desse modo, criou-se uma geração de pessoas que pode ser muito prejudicial ao futuro da sociedade, não só negando tragédias mundiais como a COVID-19, mas outros fenômenos relevantes, como as mudanças climáticas. A questão se mantém: até onde os líderes deixaram a desinformação chegar sem agir?

Referências

AWAN, F. A.; BASTA, N. E.; BECKER, A.; GRAVAGNA, K.; MOHAMMED, I.; TAMBE, S.; TOOMEY, T. L.; VALERIS-CHACIN, R. Global assessment of national mandatory vaccination policies and consequences of non-compliance. **Vaccine**, v. 38, n. 49, p. 7865-7873, 2020.

BOSMAN, J.; HOFFMAN, J.; SANGER-KATZ, M.; ARANGO, T. Who Are the Unvaccinated in America? There's No One Answer. **The New York Times**, 31 jul. 2021. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2021/07/31/us/virus-unvaccinated-americans.html>. Acesso em: 24 ago. 2021.

CASSESE, E. C.; FARHART, C. E.; MILLER, J. M. Gender Differences in COVID-19 Conspiracy Theory Beliefs. **Politics & Gender**, v. 16, n. 4, p. 1009–1018, 2020.

DOUGLAS, T.; GIUBILINI, A.; SAVULESCU, J. The moral obligation to be vaccinated: utilitarianism, contractualism, and collective easy rescue. **Medicine, Health Care and Philosophy**, v. 21, n. 4, p. 547–560, 2018.

FERNANDES, A. Covid-19: Brasil deve imunizar 100% da população adulta primeiro que os EUA. **Correio Braziliense**, 23 ago. 2021. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2021/08/4945310-covid-19-brasil-deve-imunizar-100-da-populacao-adulta-primeiro-que-os-eua.html>. Acesso em: 24 ago. 2021.

FRANKOVIC, K. Vaccine rejectors believe the vaccines were not adequately tested and can cause infertility. **YouGov**, 14 mai. 2021. Disponível em: <https://today.yougov.com/topics/politics/articles-reports/2021/05/14/vaccine-rejectors-believe-vaccines-not-tested>. Acesso em: 24 ago. 2021.

GOSTIN, L. O. Vaccine Mandates Are Lawful, Effective and Based on Rock-Solid Science. **Scientific American**, 5 ago. 2021. Disponível em: <https://www.scientificamerican.com/article/vaccine-mandates-are-lawful-effective-and-based-on-rock-solid-science/>. Acesso em: 24 ago. 2021.

LOPEZ, G. The 6 reasons Americans aren't getting vaccinated. **Vox**, 2 jun. 2021. Disponível em: <https://www.vox.com/2021/6/2/22463223/covid-19-vaccine-hesitancy-reasons-why>. Acesso em: 24 ago. 2021.

MENDEZ, R. What you need to know about President Joe Biden's new Covid vaccine mandates. **CNBC**, 10 set. 2021. Disponível em: <https://www.cnbc.com/2021/09/10/what-you-need-to-know-about-president-joe-bidens-new-vaccine-mandates.html>. Acesso em: 15 set. 2021.

PUZIO, A. Why Is There Such A Gender Gap In COVID-19 Vaccination Rates?. **FiveThirtyEight**, 22 jun. 2021. Disponível em: <https://fivethirtyeight.com/features/why-is-there-such-a-gender-gap-in-covid-19-vaccination-rates/>. Acesso em: 24 ago. 2021.

SPRING, Marianna. Covid-19: How did a volunteer panel react when we showed them an anti-vax video? **BBC News**, 14 fev. 2021. BBC Trending Disponível em: <https://www.bbc.com/news/blogs-trending-56047409>. Acesso em: 24 ago. 2021.

Fake News & Vacina: O Impacto da Segunda Pandemia

Agatha Picetti Gonçalves da Silva

“Uma mentira dá uma volta inteira ao mundo antes mesmo de a verdade ter oportunidade de se vestir.”

Winston Churchill

O surgimento da COVID-19 colocou em evidência uma grande lacuna na saúde pública global: não existem planos nacionais ou mundiais concretos de prevenção e enfrentamento de epidemias e pandemias. Em setembro de 2019, antes de qualquer anúncio sobre o surgimento do novo coronavírus, a Organização Mundial de Saúde (OMS) publicou seu primeiro relatório anual voltado à preparação global para emergências de saúde. Baseado nos 1483 eventos epidêmicos registrados entre 2011 e 2018, a organização já alertava sobre a insuficiência dos esforços despendidos na pauta (WHO, 2019a).

Em consequência disso, observamos uma nova doença respiratória se espalhar globalmente em tempo recorde, alcançando países de baixa, média e alta renda, em meio à desarticulação internacional somada a um cenário de instabilidade política, econômica e social - que logo seria agravado pelo vírus. Nessa conjuntura, instalou-se o clima ideal para a desinformação, as teorias conspiratórias e a propagação de notícias falsas, as *fake news*, que envolveriam desde o surgimento da doença - apontando a China como criadora do vírus em laboratório (NOVO..., 2020) - até o tratamento com remédios “milagrosos” (FIOCRUZ..., 2021) e, ainda mais preocupante, a vacinação contra a doença (MONTEIRO, 2021).

Origens do movimento antivacinas

Desde sua criação, no século XVIII, por um médico inglês que lutava contra a varíola, as vacinas trouxeram grandes impactos ao mundo. A tecnologia já é considerada responsável por salvar mais vidas do que qualquer outra invenção médica. A OMS estima que, atualmente, de 4 a 5 milhões de mortes são evitadas graças à vacinação, tornando-se a intervenção em saúde pública mais bem sucedida e com melhor custo-benefício (WHO, 2019b). Os imunobiológicos foram responsáveis pela erradicação da varíola - doença causadora de uma das maiores pandemias da história -, eliminação da poliomielite no Brasil, além de exercer um grande controle em doenças como sarampo, rubéola, tétano e difteria, e inúmeras outras doenças que podem ser incapacitantes ou, até mesmo, fatais (ORENSTEIN; AHMED, 2017). As benfeitorias das vacinas, portanto, são (ou deveriam ser) inquestionáveis.

Mas, em oposição a grandes organizações de saúde, cientistas e estudiosos da área, o movimento antivacina (ou Anti-vax, do inglês), que surgiu muito antes da pandemia de COVID-19, nega os benefícios na imunização e indica sua não utilização. Desde a criação da primeira vacina, contra varíola, já havia grupos que questionavam a segurança e eficácia da tecnologia, e grande parte dessa desconfiança, de acordo com Berman (2020) pode ter vindo da forma como a invenção se deu: iniciando com um fazendeiro que utilizou uma agulha de costura para inocular pus de vacas infectadas com a doença nos membros de sua família (BERMAN, 2020).

Desde então, inúmeros acontecimentos alimentaram essa desconfiança. Passando pela Revolta da Vacina, em 1904 - levante popular brasileiro que ocorreu na cidade do Rio de Janeiro contra a obrigatoriedade da vacinação contra varíola e a forma violenta que a ação estava sendo feita (BELTRÃO, 2020); por mudanças no entendimento do sistema imune, medo pela recém-lançada vacina contra a poliomielite e, mais tarde, contra difteria e tétano; e também pelo polêmico estudo publicado na revista *The Lancet*, importante periódico no meio científico, pelo médico Andrew Wakefield, em 1998, que associava a vacinação contra sarampo, caxumba e rubéola à ocorrência de autismo - e fez com que o movimento

antivacina fosse intensificado, mesmo que se viesse a descobrir que o artigo era fraudulento e seria refutado por inúmeros outros estudos (BERMAN, 2020).

Para mais, a ocorrência de efeitos colaterais às vacinas, mesmo que raros, e o afastamento das gerações mais atuais das doenças que causaram grandes impactos no mundo e foram controladas pelas vacinas, contribuíram para que teorias antivacinas se alastrassem e tomassem força, por meio do movimento antivacina, que

“prega que as vacinas trazem mais malefícios do que benefícios e buscam por meio de crenças ou emoções, com embasamento filosófico, espiritual e/ou político, provar que o uso de vacinas ameaça a população” (BELTRÃO, 2020, p. 2).

Agrega-se aqui o avanço da internet e a inclusão das redes sociais, que gerou uma descentralização das mídias tradicionais - as quais, geralmente, se atentavam às fontes de informações e à veracidade dos fatos noticiados - abrindo espaço para a propagação de notícias e informações por outros meios de comunicação. Por um lado, a democratização da informação traz inúmeros benefícios à população, principalmente àquela mais vulnerável, que agora encontra, com mais facilidade, elucidações pertinentes ao seu dia-a-dia. Por outro, a falta de controle desses espaços quanto à veracidade e fidedignidade dos materiais divulgados faz com que *fake news* tenham potencial de se espalhar instantaneamente a milhares e milhões de indivíduos (SARAIVA; FARIA, 2019).

E então, entre outras complexas explicações, foi pelo emprego de crenças - tais quais vacinas causadoras de autismo, sobrecarga imunológica por excesso de vacinas, vacinas como uma tentativa de realizar controle populacional e presença de metais pesados em suas formulações - associadas às mídias sociais, que o mundo assistiu atônito ao ressurgimento de doenças antes controladas graças à vacinação, como tétano, difteria, coqueluche, sarampo e febre amarela (BELTRÃO, 2020). A OMS, até mesmo, incluiu a hesitância à vacinação como uma das 10 ameaças à saúde global em 2019, junto de questões como mudanças climáticas, resistência microbiana e HIV (WHO, 2019c).

Vacinação contra a COVID-19

Tão logo a COVID-19 surgiu, medidas rigorosas tiveram de ser decretadas à nível global. Medidas de distanciamento social, como restrições de viagens, redução da mobilidade e fechamento de comércios, entre outras providências, foram as únicas formas de alcançar algum nível de contenção da doença que já provocava mortes e colapso dos sistemas de saúde (AQUINO et al., 2020). Todas essas medidas, apesar de imprescindíveis e insubstituíveis, vieram acompanhadas de profundos impactos sociais, políticos e econômicos. Estudos já mostram que o distanciamento social provoca deterioração da saúde mental (MARROQUÍN; VINE; MORGAN, 2020), redução de renda doméstica (STRONG; WELBURN, 2020), potencialização das situações de violência doméstica (MARCOLINO et al., 2020) e dificuldades na manutenção da aprendizagem de crianças e adolescentes (SANTOS; ZABOROSKI, 2020).

É nesse contexto que a chegada das vacinas contra a COVID-19 trouxe um sopro de esperança. Mesmo que a vacinação contra a COVID-19 levasse algum tempo para obter os resultados que desejávamos e ainda necessitasse do apoio das medidas de distanciamento social (MESMO..., 2021), a perspectiva do retorno a uma “vida normal” e, claro, a preservação de milhares e milhões de vida, propiciaram certo sossego e alívio após meses de tensão.

Em oito meses de campanhas de vacinação pelo mundo, os imunobiológicos têm mostrado bons resultados quando associados à manutenção de medidas de distanciamento social, mesmo que menos rigorosas, principalmente na redução de mortes. Essa repercussão, claro, se refere àqueles países em que a vacinação acontece com certa rapidez e disponibilidade de doses, particularmente nos países de alta renda (LEDFOURD, 2021).

Todavia, mesmo com a disponibilidade de doses para toda a população, diversos países têm enfrentado uma baixa proporção de vacinados. Nos Estados Unidos, por exemplo, houve uma rápida desaceleração da vacinação a partir do mês de abril, ainda que que em diversos estados menos da metade da população estivesse vacinada. Existem alguns

motivos para essa desaceleração, desde a falta de aprovação (e não apenas autorização emergencial) para uso das vacinas, divisões políticas e problemas de acesso, até as temíveis *fake news* (HORTON, 2021).

Vacinas e *fake news* no contexto de pandemia de COVID-19

Desde as primeiras declarações sobre a disponibilização de vacinas contra a COVID-19, as *fake news* começaram a ser rapidamente disseminadas. Uma das principais informações maliciosas que repercutiram mundo afora foi a alegação de que as vacinas com tecnologia mRNA alterariam o DNA humano, e que essa tecnologia nunca havia sido testada antes. Essa informação foi, inclusive, publicada por uma jornalista correspondente da Casa Branca, nos EUA (MUDGE; WEBER, 2020). Outra teoria que ecoou pelo mundo foi a referida implantação de microchip para rastreamento por meio da vacina, numa tentativa de controle por parte do Estado (VACINA..., 2021). O alastramento de fake news alcançou resultado: uma pesquisa sugere que um a cada cinco estadunidenses acredita na teoria do microchip (HORTON, 2021).

Um estudo realizado até novembro de 2020, antes mesmo da utilização das vacinas fora do contexto de pesquisa, encontrou 637 rumores ou teorias conspiratórias publicados on-line sobre a vacinação contra COVID-19. Encontradas em 52 países, as principais fontes dessas informações eram estadunidenses (15%), indianas (13%) e brasileiras (12%). Publicados em jornais, redes sociais, relatórios on-line e blogs, mas de forma mais prevalente no *Facebook* e no *Twitter*, essas informações reuniam mais de 100 milhões de interações. Dentre as notícias difundidas, apenas 5% eram verdadeiras (ISLAM et al, 2021).

O presidente da Cruz Vermelha, no final de 2020, afirmou que as *fake news* sobre as vacinas contra COVID-19 seriam uma segunda pandemia, que impediria os esforços para o controle da primeira pandemia (KAUR; THOMAS, 2020). Em abril de 2021, a diretora da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), Dr. Carissa Etienne afirmou que a

desinformação é a maior vilã no que tange à hesitação vacinal e demonstrou grande preocupação sobre o impacto disso no controle da pandemia de COVID-19 (PAHO, 2021).

Esse impacto já vem sendo observado ao redor do mundo. Na Bolívia, *fake news* afirmando a presença de “material satânico” nas vacinas contra COVID-19 foram apontadas por profissionais de saúde e oficiais do país como uma das principais causas da baixíssima adesão à vacinação. No país, doses tiveram de ser descartadas pela falta de pessoas para receber os imunobiológicos, mesmo num cenário de escassez de vacinas e nova onda de casos da doença (VACCINES..., 2021).

Na Costa do Marfim, a taxa de vacinação vem num ritmo muito mais lento que a de seus vizinhos no Oeste da África. Ao que tudo indica, o impacto das *fake news* no país africano parece ter sido o maior na região: uma doação de 504 mil doses da vacina Astrazeneca chegou ao país em fevereiro e até maio nem metade havia sido aplicada - essas vacinas venceriam em setembro. Parte dessa hesitação se deve a esse número: 38% dos marfinenses acreditam que estão sendo utilizados como cobaias nos ensaios clínicos de vacinação, informação que pode ter tido sua origem em um debate na TV francesa, grande influenciadora no país, onde um participante afirmou que as vacinas deveriam ser testadas na África (BRADPIECE, 2021).

O presidente dos EUA, Joe Biden, declarou que as *fake news* são uma das principais responsáveis pela redução da vacinação no país, trazendo grandes preocupações frente à nova variante delta, responsável por 83% dos casos americanos (MELLO, 2021). Análises mostram que a maioria dos não vacinados no país estão nos estados republicanos, ou seja, mais conservadores e esses também são, aparentemente, os que recebem mais informações falsas, que são veiculadas por canais de TV de direita. Nesse cenário, o país sente dificuldade em passar dos 50% de totalmente vacinados (MELLO, 2021; RITCHIE et al., 2021).

No Brasil, o próprio presidente Jair Bolsonaro vem divulgando *fake news* sobre as vacinas desde que o assunto virou pauta mundial. Utilizando-se de “populismo sanitário”,

desacreditando a ciência e alimentando o negacionismo, o presidente gera desconfiança nas vacinas ao passo que aponta “soluções” fáceis e milagrosas, como a hidroxicloroquina, medicamento já comprovado ineficiente contra COVID-19 (GRAGNANI, 2021). Com a força da palavra do presidente do país e a grande dispersão de outras *fake news*, os impactos já vêm sendo notados na vacinação. Indígenas de várias aldeias recusaram as vacinas devido às *fake news* propagadas, principalmente pelo rádio, que afirmavam que após a vacinação a pessoa morreria em 15 dias e outras informações maliciosas (VENAGLIA; BRITTO, 2021).

Ainda no Brasil, as *fake news* proferidas pelo presidente e outros representantes do governo sobre a pandemia vêm sendo investigadas por meio de uma Comissão Parlamentar de Inquéritos (CPI), que discute também a relação dessas declarações a outras questões como a compra irregular de vacinas e o financiamento de *sites* propagadores de *fake news* que apoiavam o Governo Bolsonaro (AZEVEDO, 2021).

Combate às *fake news* e perspectivas futuras

É possível notar o impacto que essa onda de desinformação pode ter nos sistemas políticos. Especialistas na África do Sul já falam sobre o poder que a divulgação de notícias falsas teriam de prejudicar a democracia (SMITH, 2021). Devido aos seus efeitos negativos, esforços contra as *fake news* vêm sendo despendidos ao redor do mundo. O *Facebook*, há alguns dias, derrubou uma rede internacional de propagação de rumores e teorias conspiratórias sobre vacinas. Ao todo, 65 contas do *Facebook* e 243 contas do *Instagram* foram removidas. A rede atuava na Rússia, apesar de associada aos EUA, e mirava países da América Latina e Índia (FACEBOOK..., 2021). Além disso, uma variedade de plataformas e *sites* ajuda na identificação de desinformações (WHO, 2021). Há também iniciativas interessantes, como a criação de uma “vacina” contra *fake news*: um jogo que oferece

“pequenas doses” das técnicas de desinformação para que o jogador fique “imune” a ela e saiba identificar *fake news* (IDOETA, 2021).

Um dos protagonistas do combate às *fake news* pode ser o próprio governo - quando não é proliferador delas. A disseminação de informações verídicas, completas e oportunas é crucial na prevenção da desinformação. Quando um governo não se comunica de forma clara e assertiva com seu povo, abre espaço para que outras comunicações inverídicas aconteçam. Essa comunicação deve ser acessível a todas as classes sociais e capaz de se capilarizar com o engajamento da comunidade (OECD, 2021). Quanto a medidas mais radicais, 92% dos brasileiros acreditam que deveria haver punição para quem divulga *fake news* (SENADO FEDERAL, 2021).

No entanto, atuar contra as *fake news* parece não ser tão simples. Em países do Sudeste Asiático, por exemplo, os governos, que dispõem de medidas emergenciais contra a desinformação, como vários outros países no mundo, têm se valido dessas políticas para conter a divulgação de informações - verídicas - sobre seu desempenho no controle da pandemia de COVID-19, a fim de atingir objetivos políticos. Essa prática foi observada em diferentes formas em Bangladesh, Camboja, Cingapura e Malásia, ao passo que, conforme a liberdade de imprensa é reduzida, aumenta a desconfiança do público em seus governos, tendo consequência também na vacinação (LEE; NATALEGAWA, 2021). Um estudo realizado na Europa e nos EUA mostrou que, na verdade, os cidadãos não acreditam que o governo deveria atuar ativamente na repressão de *fake news*, mas apenas colaborar com a mídia e outras organizações (MARCO-FRANCO et al, 2021).

Nos EUA, apesar das acusações direcionadas às mídias sociais, o *Facebook* se vê num impasse. Enquanto democratas reivindicam uma supressão mais contundente de *fake news* pela plataforma, republicanos protestam contra essa supressão. Sem um consenso político e sem respaldo legal, a empresa demonstra certo receio em tomar qualquer atitude. Além disso, as mídias sociais não são as únicas propulsoras de *fake news*: no país, canais de direita

propagam inúmeras informações maliciosas e teorias da conspiração - e não foram acusadas pela Casa Branca da mesma forma (RAMPELL, 2021).

Outra questão que dificulta o controle das *fake news* é o grande potencial de propagação que essas notícias têm. Um grande estudo do MIT de 2018 observou que as *fake news* se espalham 70% mais rápido que as notícias verdadeiras (FAKE..., 2018). Ao contrário das verdades, as mentiras não são limitadas pela realidade, o que significa que podem ser criadas para serem extremamente interessantes e, portanto, geram maior engajamento (RAMPELL, 2021). Adiciona-se a isso o poder de manipulação dessas notícias, que se aproveitam de “truques” para que mais pessoas acreditem nelas. Por exemplo, somos mais propensos a acreditar em notícias que estejam alinhadas com crenças anteriores, que inspirem repulsa, indignação e medo, ou que sejam repetidas muitas vezes (SANDERS, 2021).

Considerações finais

A mensuração do impacto das *fake news* é um processo complexo e delicado. Não obstante, a ciência já vem provando a capacidade de contaminação e repercussão negativa dessas (des)informações nas mais diferentes áreas, tendo já mudado o rumo de eleições e da saúde pública global. No tocante da COVID-19, um ponto crucial para o desenvolvimento mundial em várias esferas, observamos que as *fake news* podem causar efeitos desastrosos em escala internacional.

Porém, a pandemia de *fake news* não parece estar perto do fim. Pelo contrário, podemos esperar uma frequência ainda maior dessas notícias. A discussão sobre o controle dessas divulgações precisa ser uma pauta protagonista para os diversos atores envolvidos: imprensa, governos, mídias sociais e, até mesmo, a população. Apesar da polêmica que o assunto traz, a dificuldade de se estabelecer um limiar entre liberdade de imprensa e

liberdade de expressão e atentado à saúde pública, a ciência já vem nos mostrando caminhos para combater a desinformação e seus impactos.

Reforça-se que, em primeiro lugar, informações claras, acessíveis e assertivas devem ser disponibilizadas incansavelmente por parte dos governos, se tratando de saúde pública. Quando ocorre o contrário, a possibilidade de solução para o problema fica ainda mais limitada. Esforços também devem ser despendidos na educação da população, para que essa esteja alerta e munida de conhecimentos e ferramentas de identificação de informações falsas, podendo agir também como um combatente delas.

Referências

- AQUINO, E. M. L. et al. Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: potenciais impactos e desafios no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, supl. 1, p. 2423-46, jun. 2020. DOI: 10.1590/1413-81232020256.1.10502020.
- AZEVEDO, A. CPI aprova requerimentos sobre contratos de vacina e fake news na pandemia. **Exame**, Brasília, 19 ago. 2021. Disponível em: <https://exame.com/brasil/cpi-aprova-requerimentos-sobre-contratos-de-vacina-e-fake-news-na-pandemia/>. Acesso em: 26 ago. 2021.
- BELTRÃO, R. P. L. et al. Perigo do movimento antivacina: análise epidemio-literária do movimento antivacinação no Brasil. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 12, n. 6, e3088, abr. 2020. DOI: 10.25248/reas.e3088.2020.
- BERMAN, J. M. **Anti-Vaxxers: How to Challenge a Misinformed Movement**. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 2020.
- BRADPIECE, S. Covid-19: How fake news is hampering Ivory Coast's vaccination efforts. **France24**, 11 mai. 2021. Disponível em: <https://www.france24.com/en/africa/20210511-covid-19-how-fake-news-is-hampering-ivory-coast-s-vaccination-efforts>. Acesso em: 26 ago. 2021.
- FACEBOOK derruba rede de desinformação sobre vacinas; Brasil era alvo. **Poder 360**, 10 ago. 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/midia/facebook-derruba-rede-de-desinformacao-sobre-vacinas-brasil-era-alvo/>. Acesso em: 26 ago. 2021.
- 'FAKE news' se espalham 70% mais rápido que as notícias verdadeiras, diz MIT. **Jornal do Comércio**, 8 mar. 2018. Disponível em: <https://www.jornaldocomercio.com/conteudo/2018/03/geral/615457-fake-news-se-espalham-70-mais-rapido-que-as-noticias-verdadeiras-diz-mit.html>. Acesso em: 27 ago. 2021.
- FIOCRUZ classifica como fake news 'eficácia' da cloroquina contra covid-19. **VivaBemUOL**, São Paulo, 2 fev. 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2021/02/04/fiocruz-classifica-como-fake-news-eficacia-da-cloroquina-contr-a-covid-19.htm>. Acesso em: 19 ago. 2021.
- GRAGNANI, J. Bolsonaro cria divisões e distrai população com 'populismo sanitário' na pandemia, diz cientista político. **BBC News**, Londres, 21 abr. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56759301>. Acesso em: 27 ago. 2021.
- HORTON, J. Covid: por que a vacinação nos EUA está ficando mais lenta?. **BBC Reality Check**, 31 jul. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-58023998>. Acesso em: 25 ago. 2021.
- IDOETA, P. A. A 'vacina' contra fake news testada por pesquisadores de Cambridge. **BBC**, São Paulo, 18 jul. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-57842652>. Acesso em: 26 ago. 2021.
- ISLAM, M. S. et al. COVID-19 vaccine rumors and conspiracy theories: The need for cognitive inoculation against misinformation to improve vaccine adherence. **Plos One**, v. 16, n. 5, e0251605, mai. 2021. DOI: 10.1371/journal.pone.0251605.

KAUR, H.; THOMAS, N. 'Fake news' about a Covid-19 vaccine has become a second pandemic, Red Cross chief says. **CNN**, dez. 2021. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2020/12/01/media/red-cross-chief-warns-vaccine-mistrust-trnd/index.html>. Acesso em: 25 ago. 2021.

LEDFOURD, H.. Six months of COVID vaccines: what 1.7 billion doses have taught scientists. **Nature**, v. 564, p. 164-7, jun. 2021. DOI: 10.1038/d41586-021-01505-x.

LEE, K.; NATALEGAWA, A. Fake News Crackdowns Do Damage Across Southeast Asia During Pandemic. **Center for Strategic and International Studies (CSIS)**, 11 jun. 2021. Disponível em: <https://www.csis.org/blogs/new-perspectives-asia/fake-news-crackdowns-do-damage-across-southeast-asia-during-pandemic>. Acesso em: 27 ago. 2021.

MARCO-FRANCO, J. E. et al. COVID-19, Fake News, and Vaccines: Should Regulation Be Implemented? **Int J Environ Res Public Health**, v. 18, n. 2, jan. 2021. DOI: 10.3390/ijerph18020744.

MARCOLINO, E. C. et al. O distanciamento social em tempos de Covid-19: uma análise de seus rebatimentos em torno da violência doméstica. **Interface**, v. 25, supl. 1, e200363, abr. 2021. DOI: 10.1590/Interface.200363.

MARROQUÍN, B.; VINE, V.; MORGAN, R. Mental health during the COVID-19 pandemic: Effects of stay-at-home policies, social distancing behavior, and social resources. **Psychiatry Research**, v. 293, nov. 2020. DOI: 10.1016/j.psychres.2020.113419.

MELLO, P. C. Para combater fake news sobre vacina, Biden abre guerra contra redes sociais. **O Tempo**, 01 ago. 2021. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/mundo/para-combater-fake-news-sobre-vacina-biden-abre-guerra-contra-redes-sociais-1.2521177>. Acesso em 26 ago. 2021.

MESMO lenta, vacinação aponta para queda de mortes por covid-19 no Brasil. **UOL**, São Paulo, 4 jul. 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2021/07/04/impacto-vacinacao-brasil-melhoria-indices-pandemia-covid.htm>. Acesso em: 25 ago. 2021.

MONTEIRO, D. Conheça cinco notícias falsas sobre as vacinas contra a Covid-19. **Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS)**, 5 fev. 2021. Disponível em: <https://www.conass.org.br/conheca-cinco-noticias-falsas-sobre-as-vacinas-contra-a-covid-19/>. Acesso em: 19 ago. 2021.

MUDGE, R.; WEBER, J. Coronavirus vaccines: Fake news and myths go viral. **DW**, 18 nov. 2020. Disponível em: <https://www.dw.com/en/coronavirus-vaccines-fake-news-and-myths-go-viral/a-55652267>. Acesso em: 25 ago. 2021.

NOVO coronavírus foi criado em laboratório por chineses? **Revista Arco (UFSM)**, Santa Maria, 23 mar. 2020. Disponível em: <https://www.ufsm.br/midias/arco/mitometro-coronavirus-foi-criado-em-laboratorio-por-chineses/>. Acesso em: 19 ago. 2021.

ORENSTEIN, W. A.; AHMED, R. Simply put: Vaccination saves lives. **Proc Natl Acad Sci USA**, v. 114, n. 6, p. 4031-3, abr. 2017. DOI: 10.1073/pnas.1704507114.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). **Enhancing public trust in COVID-19 vaccination: The role of governments**. OECD Policy Responses to Coronavirus (COVID-19), 21 mai. 2021. Disponível em:

<https://www.oecd.org/coronavirus/policy-responses/enhancing-public-trust-in-covid-19-vaccination-the-role-of-governments-eae0ec5a/>. Acesso em 27 ago. 2021.

RITCHIE, Hanna et al. Coronavirus Pandemic (COVID-19). **OurWorldInData.org**, 2021. Disponível em: <https://ourworldindata.org/covid-vaccinations?country=USA>. Acesso em: 15 set. 2021.

PAN AMERICAN HEALTH ORGANIZATION (PAHO). **Misinformation fueling vaccine hesitancy, PAHO Director says**. Washington D.C., 12 abr. 2021. Disponível em: <https://www.paho.org/en/news/21-4-2021-misinformation-fueling-vaccine-hesitancy-paho-director-says>. Acesso em: 25 ago. 2021.

RAMPELL, C. Opinion: Covid-19, vaccine hesitancy and the misinformation conundrum. **The Washington Post**, 19 jul. 2021. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/opinions/2021/07/19/facebook-twitter-covid-misinformation-conundrum/>. Acesso em: 27 ago. 2021.

SANDERS, L. A few simple tricks make fake news stories stick in the brain. **ScienceNews**, 4 mai. 2021. Disponível em: <https://www.sciencenews.org/article/misinformation-fake-news-stories-social-media-brain>. Acesso em: 27 ago. 2021.

SANTOS, J. R.; ZABOROSKI, E. A. Ensino remoto e pandemia COVID-19: desafios e oportunidades de alunos e professores. **Interacções**, n. 55, p. 41-57, 2020.

SARAIVA, L. J. C.; FARIA, J. F. A Ciência e a Mídia: A propagação de Fake News e sua relação com o movimento anti-vacina no Brasil. In: **Estudos Interdisciplinares do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, Belém, set. 2019. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2019/resumos/R14-1653-1.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2021.

SENADO FEDERAL. Instituto de Pesquisa DataSenado. **Pesquisa DataSenado: CPI Covid-19 e Vacina**. Secretaria de Transparência, mai. 2021. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2021/05/datasenado-relatorio-i%CC%81ntegra-mai2021.pd>. Acesso em: 27 ago. 2021.

SMITH, G. L. A threat to democracy: COVID-19 has exposed how big fake news in SA is - Experts. **Eyewitness News**, Cidade do Cabo, jan. 2021. Disponível em: <https://ewn.co.za/2021/01/29/a-threat-to-democracy-covid-19-has-exposed-how-big-fake-news-in-sa-is-experts>. Acesso em: 27 ago. 2021.

STRONG, A.; WELBURN, J. W. **An estimation of the economics costs of social-distancing policies**. Santa Monica: RAND Corporation, 2020. Disponível em: https://www.rand.org/pubs/research_reports/RRA173-1.html. Acesso em: 25 ago. 2021.

VACINA magnetizada? Microchips na injeção? Entenda fake news sobre vacinas. **Poder 360**, 5 jul. 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/coronavirus/vacina-magnetizada-microchips-na-injecao-entenda-fakenews-sobre-vacinas/>. Acesso em: 25 ago. 2021.

'VACCINES are satanic': Bolivia battles fake news in inoculation drive. **Reuters**, 20 mai. 2021. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/americas/vaccines-are-satanic-bolivia-battles-fake-news-inoculation-drive-2021-05-20/>. Acesso em: 25 ago. 2021.

VENAGLIA, G.; BRITO, J.. Equipes de saúde indígena alertam sobre recusas de vacinas em aldeias. CNN, São Paulo, 18 fev. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/equipes-de-saude-indigena-alertam-sobre-recusas-de-vacinas-em-aldeias/>. Acesso em: 27 ago. 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **A World at Risk**: Annual report on global preparedness for health emergencies. Global Preparedness Monitoring Board, set. 2019a. Disponível em: https://apps.who.int/gpmb/assets/annual_report/GPMB_Annual_Report_English.pdf. Acesso em: 19 ago. 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Fighting misinformation in the time of COVID-19, one click at a time**. 27 abr. 2021. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/feature-stories/detail/fighting-misinformation-in-the-time-of-covid-19-one-click-at-a-time>. Acesso em: 26 ago. 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Immunization**. 5 dez. 2019b. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/facts-in-pictures/detail/immunization>. Acesso em: 20 ago. 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Ten threats to global health in 2019**. 2019c. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/spotlight/ten-threats-to-global-health-in-2019>. Acesso em: 24 ago. 2021.

VOX e desinformação: o plano da direita radical para a reconquista da Espanha

Ana Beatriz Zanuni

Desde o início do século XXI, os avanços tecnológicos facilitam o uso da informação para fins políticos. Esse processo foi intensificado com a criação de algoritmos capazes de construir perfis de usuários para maior e mais efetiva propagação de *fake news* por meio de redes sociais, o que levou as tecnologias a adquirirem maior protagonismo em processos eleitorais ao redor do mundo. Com ferramentas de maior alcance e que permitem o processamento de mais informações, campanhas de desinformação se espalham mais rápido pelas redes e com mais credibilidade. Essa lógica se tornou diretamente conectada a campanhas políticas, com partidos utilizando propositalmente conteúdos parcial ou totalmente inverídicos e estratégias de impulsionamento para conquistarem apoiadores e maior impacto político e social, podendo influenciar a opinião pública em seu benefício (AMER; NOUJAIM, 2019 apud. ZANUNI; CAUR; COSTA, 2021).

Na Europa, processos eleitorais de dezenas de países foram impactados por tais efeitos, tanto em suas eleições nacionais quanto para o parlamento europeu, especialmente nos últimos cinco anos. O momento europeu contou com campanhas de desinformação patrocinadas pela Rússia para influenciar as eleições e com uma onda de partidos ultradireitistas, como o VOX, na Espanha, e o Liga Norte, na Itália, que souberam utilizar as tecnologias a seu favor e ganharam espaço em seus respectivos países (BAYER et al., 2021; ZANUNI; CAUR; COSTA, 2021).

Nesse contexto, a presente análise visa discutir o partido espanhol VOX, um partido consideravelmente novo, que cresceu rapidamente com o uso de desinformação e propagação de seus ideais por meio de redes sociais, aproveitando-se também de períodos

de crises econômica e política devido à pandemia da Covid-19 e, anteriormente, aos intensos debates e manifestações em torno do movimento separatista da Catalunha e os fluxos migratórios na Europa.

Política e desinformação no contexto europeu

Para analisar o contexto europeu, primeiramente, deve-se considerar a Primavera Árabe, que eclodiu em 2011 e que teve como umas das consequências uma grande crise migratória. Com esse fenômeno, países europeus, com destaque para Espanha e Grécia, foram impactados com a chegada de milhares de refugiados a seu território (UNHCR, 2019). Nesse período, uma série de ações xenofóbicas ocorreu, além do sentimento de ruptura da identidade nacional, fatores que incentivavam discursos mais extremistas. Em 2019, com as eleições para o Parlamento Europeu, tais comportamentos refletiram no avanço de grupos nacionalistas e posicionados à extrema-direita, que cresciam desde 2014 (ZANUNI; CAUR; COSTA, 2021).

Dentre as características de movimentos nacionalistas, estão presentes o reforço do medo e da insegurança com relação aos imigrantes e a criação de uma identidade em comum — o ser nacional. Um fator encontrado nos discursos nacionalistas e de extrema-direita é, nesse caso, a desumanização do imigrante e do refugiado, ou seja, a criação de um inimigo. Sendo o uso de bodes expiatórios — com o objetivo de culpar outros grupos por seus problemas — uma prática comum na política, a criação de narrativas com esse objetivo aumentou também com a popularização e a democratização do acesso à internet. Apesar de ter tido sua primeira grande onda na Europa, tais movimentações já atingiram outras localidades (ZANUNI; CAUR; COSTA, 2021), com ênfase a Estados Unidos e Brasil, onde presidentes foram eleitos com estratégias semelhantes.

Assim, os fluxos migratórios que atingiram a Europa foram instrumentalizados para a utilização de uma falsa narrativa, em que imigrantes são os culpados pelo desemprego e

pela criminalidade do continente. Esse discurso foi impulsionado por partidos de extrema direita no contexto de seus respectivos países, onde buscaram conquistar mais espaço e apoio políticos, consolidando o ideal nacionalista na população. Com essa estratégia, tais grupos se consolidam e ganham votos no processo democrático, que perde o caráter imparcial devido ao poder exercido por esses grupos (ZANUNI; CAUR; COSTA, 2021).

A estratégia bem-sucedida do VOX na Espanha

No caso espanhol, a criação de uma narrativa nacionalista e de extrema-direita, propagada por meio de novas tecnologias em prol de determinados partidos, também pode ser verificada, exemplificado o momento e a onda ultranacionalista que passa pela Europa. Fundado em 2013 por ex-membros do Partido Popular (PP), o partido espanhol VOX se autodenomina como um “movimento de extrema necessidade, que nasce para colocar as instituições a serviço dos espanhóis”, contra o atual modelo político. Assim, desafiando as instituições e mídia tradicional, o VOX afirma não dizer aos espanhóis como pensar, falar ou sentir, mas sim que pressionam a mídia e os partidos para pararem de impor suas crenças à sociedade (VOX, [2019?]).

Apesar da existência de grupos menores, o VOX é a principal representação da extrema-direita na Espanha e, por isso, sua ideologia abarca aspectos padrões. Primeiramente, o ultranacionalismo, com a ideia de “España lo primero”, impulsionado como reação e alternativa aos movimentos pró-independência da Catalunha, defendendo o fim do Estado regionalizado, eliminando sua autonomia regional e autogoverno. Junto a isso, encontra-se o anti-multiculturalismo, rejeitando a diversidade cultural e religiosa além dos “valores espanhóis e cristãos”, que é refletido na islamofobia e na defesa da entrada de migrantes exclusivamente cristãos no país. Também é preciso pontuar, como crenças adicionais: a) o anti-feminismo e a contrariedade aos direitos LGBTI; b) um euro-ceticismo

moderado, exigindo não a retirada da Espanha da União Europeia, mas uma reforma da comunidade; c) o negacionismo em termos de mudanças climáticas; e d) um programa econômico liberal. O último é evitado em debates, visando focar apenas nas temáticas nacionalistas e migratórias (JUANATEY et al., 2020).

O crescimento do partido e as estratégias utilizadas para tal foram capazes de propagar a radicalização e o discurso de ódio na Espanha. Os elementos de discursos apresentados se propagaram pela população jovem e entre outros partidos espanhóis, podendo ser observados pela mídia e nos debates políticos. Assim, ao levar sua influência em consideração, é preciso analisar a conduta do partido e campanhas nas redes sociais, que também ajudaram a alcançar esse público mais jovem.

Ativo nas plataformas sociais, o VOX utiliza estratégias de micro-direcionamento de mensagens e desinformação, tendo relações também com Steve Bannon, considerado um líder internacional da extrema direita (JUANATEY et al., 2020). Bannon foi o estrategista da campanha de Donald Trump, nos Estados Unidos, e forte referência para a de Jair Bolsonaro, transformando-se em uma espécie de "ideólogo dos novos tecnopopulistas", como definido por Patrícia Campos Mello em "A Máquina do Ódio" (2020). Assim, o partido investiu na interação com eleitores por aplicativos de mensagens e anúncios em páginas em redes sociais (NEVES, 2019). Como resultado, o partido é o mais popular entre os espanhóis em redes como o Instagram e o TikTok, por exemplo (JUANATEY et al., 2020).

Além disso, também deve-se considerar o aproveitamento do VOX dos momentos de maiores crises na Espanha desde sua fundação, como os altos fluxos migratórios, os movimentos independentistas da Catalunha, com destaque para 2017, e a pandemia de Covid-19, entre 2020 e 2021. Primeiramente, os discursos anti-imigração, que cresceram na Europa ao longo da década de 2010, também foram parte importante da ascensão do VOX no cenário político. Esse tipo de discurso é efetivo, pois pode crescer também em momentos econômicos estáveis ou favoráveis, já que é preciso um sentimento de ameaça econômica e

cultural na presença de imigrantes, que pode ser reforçado pela cobertura da mídia e pelos discursos políticos (JUANATEY et al., 2020).

Assim, a ascensão do VOX esteve aliada à transformação da Espanha no principal destino dos migrantes que cruzaram o Mediterrâneo para a Europa — com uma postura mais tolerante em relação à imigração por parte do governo socialista. Nesse contexto, dar ênfase à imigração foi incompleto (O AVANÇO..., 2018). Entretanto, esse fator não evitou abordagens de tons radicais e xenofóbicos, com progandas comparadas até mesmo às do regime nazista pelos jornais espanhóis (BLANCO, 2021). Durante suas campanhas, o partido também prometeu a expulsão sumária de imigrantes ilegais e a construção de muros em fronteiras do país (ELEIÇÃO..., 2019).

No contexto de maiores movimentações em torno do movimento pró-independência catalão, em 2017, o partido também pôde retomar o discurso de uma tradição espanhola de ultranacionalismo reacionário contra esse “inimigo” (JUANATEY et al., 2020). Essa questão foi um dos maiores motivadores do VOX, que adotou linhas mais rígidas que tradicionais partidos de direita e pró-união, PP e Ciudadanos (O AVANÇO..., 2018). Entretanto, em 2018, após o crescimento das tensões entre nacionalistas catalães e o Estado espanhol, o VOX se juntou ao processo judicial contra os líderes catalães, apresentando-se como o ator político mais confiável na defesa da integridade territorial espanhola (SANTANA et al., [2021?]).

Já durante a pandemia de Covid-19, o partido apostou no lado cético e negacionista, pressionando o governo e incentivando as manifestações que provocaram a queda do Governo de Madrid, em março de 2021. Durante as eleições na capital, o VOX influenciou também o PP, impondo ceticismo em relação às medidas restritivas para conter a pandemia. As implicações da desinformação e polarização, além de políticas, levaram seus apoiadores a serem os que mais se opõem à vacinação (BAYER et al., 2021; CUÉ, 2021; LOUCAIDES, 2021; PALAU-SAMPIO, 2021).

Além disso, ao longo da crise pandêmica, o VOX fez grande uso do aplicativo Telegram, alegando menor “censura” em comparação ao Twitter. Outra ferramenta da qual o VOX costumava fazer uso extensivo é WhatsApp, porém, a empresa limitou o direcionamento em massa de mensagens pela plataforma (CUÉ, 2021; LOUCAIDES, 2021). Com o debate sobre *fake news* aumentando durante esse período, o partido também apresentou um projeto de lei que proibia a verificação de “opiniões” e de qualquer declaração em redes sociais, entre outras mídias, a menos que a organização midiática declarasse publicamente sua afiliação a um partido político, governo ou ideologia (LUQUE, 2020).

Nesse cenário, os cidadãos espanhóis também apresentam pouca confiança nas mídias e, principalmente, insatisfação com os meios de comunicação *mainstream*, com o regime político e com o aumento das imigrações. Assim, a Espanha se mostrou um ambiente promissor para o avanço de movimentos ultradireitistas, em consonância com a tendência observada no continente (JUANATEY et al., 2020; PALAU-SAMPIO, 2021). Com o discurso de ódio se popularizando e sendo normalizado, o que foi potencializado por um contexto geral de desinformação se formando na Espanha, o cenário político também mudou. Dentre as mudanças, destacam-se a maior polarização e proeminência de movimentos extremistas, especialmente de direita.

No que se refere ao VOX, como resultado de sua atuação no período, o partido tem ganhado cada vez mais espaço, tornando-se o terceiro maior partido do país em termos de representação (JUANATEY et al., 2020). Desse modo, a efetividade do uso amplificado das redes sociais, do micro-direcionamento de informações e *fake news* e da polarização do cenário político na Espanha podem ser comprovados diretamente nas urnas, com o rápido crescimento da representação do VOX, tanto após as eleições gerais, quanto nas eleições regionalizadas do país.

A campanha de maior destaque foi nas eleições de 2019. Em abril daquele ano, o VOX ganhou 24 cadeiras (dentre 350) no parlamento nacional, a primeira vez entre os

partidos de extrema-direita desde 1982. E, para além disto, com a ausência de acordo entre as forças políticas para formar um governo, novas eleições ocorreram em novembro de 2019, e o VOX aumentou seu número de deputados de 24 para 52 (JUANATEY et al., 2020). Antes disso, o partido havia conquistado representação parlamentar pela primeira vez ainda em 2018, em Andaluzia, com 11% do eleitorado — sua região sul tem alta taxa de desemprego e é o principal ponto de chegada de migrantes que atravessam o Mediterrâneo, um alvo ideal para o discurso do partido (O AVANÇO..., 2018).

Considerando a totalidade das eleições regionais, o partido evoluiu de 47,182 votos em 2016 para mais de 2,5 milhões de votos em 2019, e nacionalmente obteve mais de 3,6 milhões de votos (15% do eleitorado espanhol), sendo o terceiro partido mais votado das eleições gerais de 2019 (JUANATEY et al., 2020; O AVANÇO..., 2018). Mais recentemente, nas eleições regionais de 2021 na Catalunha, região tradicionalmente de esquerda, o partido obteve um desempenho histórico ao ingressar no parlamento local pela primeira vez, com onze assentos (BONI, 2021; TOGNOZZI, 2021).

Considerações finais

Com base nas características apresentadas na rápida escalada política do VOX, é possível observar uma atuação em várias frentes — atacando instituições, estrangeiros e aquilo que foge do considerado a “tradição e raiz da Espanha”. Porém, a tática do partido é regular: apontar inimigos e culpados para os problemas espanhóis, propagar esses discursos por meio de mídias, utilizando principalmente de inverdades, e se esquivar das reais problemáticas e de debates para a resolução destas. A última pode ser observada na postura do partido em evitar discursos e debates econômicos e aprofundados, focando no nacionalismo e no contexto migratório.

Por fim, é necessário pontuar como o efetivo uso de informações e aproveitamento dos momentos de crise influenciaram no crescimento exponencial do partido em apenas 7

anos de existência, e principalmente desde 2018. Tanto o crescimento das imigrações e do discurso pró-independência da Catalunha, quanto a pandemia de Coronavírus podem ser considerados momentos de maior insegurança política e econômica para o país e sua população. Portanto, com o posicionamento mais assertivo do VOX, a partir de estratégias que já haviam se mostrado efetivas nas eleições estadunidenses de 2016, o partido soube beneficiar-se das janelas de oportunidades. Desse modo, com resultados importantes também em 2021, o VOX evidencia como o uso estratégico de desinformação e tecnologia já conseguiu e pode continuar a favorecer determinados atores políticos e ter impactos relevantes em processos democráticos.

Referências

- ABIDO, L.; ZAMBAM, N. J. Totalitarismo e Ameaças da Propaganda Política na Sociedade da Informação. **Disciplinarum Scientia**, v. 20, n. 2. 2019. p. 225-38.
- ALBA, D.; SATARIANO, A. Campanhas de desinformação ao redor do mundo estão aumentando, mostra novo estudo. **O Globo**, 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/campanhas-de-desinformacao-ao-redor-do-mundo-estao-aumentando-mostra-novo-estudo-23976059>. Acesso em: 26 jan. 2020.
- BAYER, J. et al. **Disinformation and propaganda**: impact on the functioning of the rule of law and democratic processes in the EU and its Member States. European Parliament, European Union, 27 abr. 2021. Disponível em: [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2021/653633/EXPO_STU\(2021\)653633_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2021/653633/EXPO_STU(2021)653633_EN.pdf). Acesso em: 20 ago. 2021.
- BLANCO, P. How Spain's far-right Vox party copies Nazi propaganda techniques. **El País**, 28 abr. 2021. Disponível em: https://english.elpais.com/spanish_news/2021-04-28/how-spains-far-right-vox-party-copies-nazi-propaganda-techniques.html. Acesso em: 16 ago. 2021.
- BONI, M. Espanha vive conflito que toca em feridas nunca cicatrizadas. <humanista> **UFRGS**, 19 fev. 2021. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/humanista/2021/02/19/espanha-vive-conflito-que-toca-em-feridas-nunca-cicatrizadas/>. Acesso em: 18 ago. 2021.
- CANO-ORÓN, L. et al. Disinformation in Facebook Ads in the 2019 Spanish General Election Campaigns. **Cogitatio**, Portugal, v. 9, n. 1, 3 mar. 2021. Disponível em: <https://www.cogitatiopress.com/mediaandcommunication/article/view/3335>. Acesso em: 21 ago. 2021.
- COHEN, S. Vitória arrasadora da direita em Madri reconfigura política na Espanha. **G1**, 5 mai. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/blog/sandra-cohen/post/2021/05/05/vitoria-arrasadora-da-direita-em-madri-reconfigura-politica-na-espanha.ghtml>. Acesso em: 17 ago. 2021.
- CUÉ, C. Espanha vive terremoto político com queda do Governo de Madri e convocação de eleições em plena pandemia. **El País**, 11 mar. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-03-11/espanha-vive-terremoto-politico-com-queda-do-governo-de-madri-e-convocacao-de-eleicoes-em-plena-pandemia.html>. Acesso em: 16 ago. 2021.
- ELEIÇÃO deve confirmar renascimento da extrema-direita na Espanha. **Deutsche Welle**, 24 abr. 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/eleicao-deve-confirmar-renascimento-da-extrema-direita-na-espanha/>. Acesso em: 20 ago. 2021.
- GOVERNO espanhol cria plano contra a desinformação e recusa acusações de censura. **RTP**, 6 nov. 2020. Disponível em: https://www.rtp.pt/noticias/mundo/governo-espanhol-cria-plano-contra-a-desinformacao-e-recusa-acusacoes-de-censura_n1273174. Acesso em: 20 ago. 2021.

JUANATEY, A. G. et al. Right-wing extremism among the youth in Spain: current situation and perspectives. **Observatorio de la Juventud en España**, Espanha, 2020. Disponível em: http://www.injuve.es/sites/default/files/adjuntos/2021/05/right_wing_extremism_among_the_youth_in_spain.pdf. Acesso em: 21 ago. 2021.

LOUCAIDES, D. Who is behind Spanish Telegram's storm of Covid-19 disinformation?. **.coda**, 10 jun. 2021. Disponível em: <https://www.codastory.com/disinformation/spain-telegram-covid19-disinformation/>. Acesso em: 19 ago. 2021.

LUQUE, J. Journalists operate in increasingly suffocating atmosphere in Spain. **International Press Institute**, 27 jul. 2020. Disponível em: <https://ipi.media/journalists-operate-in-increasingly-suffocating-atmosphere-in-spain/>. Acesso em: 19 ago. 2021.

MEDITERRANEAN Situation. Operational Portal: Refugee Situations. **United Nations High Commissariat for Refugees**, 2019. Disponível em: https://data2.unhcr.org/enhttps://bit.ly/2UScwli/situations/mediterranean#_ga=2.69347088.1865235981.1560778997-1167926532.1560778997. Acesso em: 26 jan. 2020.

MELLO, P. C. **A máquina do ódio**: Notas de uma repórter sobre fake news e violência digital. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

NEVES, L. Combate a fake news no pleito da Espanha vitimiza radicais. **Folha de S.Paulo**, 26 abr. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/04/combate-a-fake-news-no-pleito-da-espanha-vitimiza-radicaais.shtml?origin=folha>. Acesso em: 17 ago. 2021.

O AVANÇO do Vox, o partido de direita que promete 'tornar a Espanha grande de novo'. **BBC**, 3 dez. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-46424959>. Acesso em: 16 ago. 2021.

OSUNA, J.; RAMA, J. Vox, Covid-19, and populist discourses in Spain. **LSE**, 25 jun. 2021. Disponível em: <https://blogs.lse.ac.uk/europpblog/2021/06/25/vox-covid-19-and-populist-discourses-in-spain/>. Acesso em: 20 ago. 2021.

PALAU-SAMPIO, D. Pseudo-Media Sites, Polarization, and Pandemic Skepticism in Spain. **Frontiers in Political Science**, 21 jul. 2021.

SANTANA, A. et al. The radical right populist Vox and the end of Spain's exceptionalism. **The Loop**, [2021?]. Disponível em: <https://theloop.ecpr.eu/the-radical-right-populist-vox-and-the-end-of-spains-exceptionalism/>. Acesso em: 18 ago. 2021.

TOGNOZZI, M. A direita cresce e aparece na Espanha, examina Marcelo Tognozzi. **Poder 360**, 8 mai. 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/opiniao/internacional/a-direita-cresce-e-aparece-examina-marcelo-tognozzi/>. Acesso em: 16 ago. 2021.

VOX. **Qué es VOX**. [2019?]. Disponível em: <https://www.voxespana.es/espana/que-es-vox>. Acesso em: 16 ago. 2021.

ZANUNI, A.; CAUR, J.; COSTA, M. Uso da Informação e Perpetuação de Poder: O Desempoderamento de Grupos Sociais Através da Criação de Um Inimigo. *In*: MEIRA, G. et al

(Org.). **Power The Change:** the concept of empowerment in international relations. 1. ed.
Brasília: Americas Model United Nations, 2021. p. 69-102.

Movimento 5 Estrelas: informação e os perigos da democracia direta

Bruna Maciel

A internet promoveu uma revolução definitiva na forma como são construídas as relações sociais. Ao impactar todas as esferas da vida em comunidade, a rede passou também a adquirir a conotação de ferramenta política nos dias atuais. Nessa nova realidade, cabe perceber que as novas tecnologias estão interferindo no modelo de democracia representativa, sistema político comum à boa parte dos países do mundo, impondo desafios e adicionando possibilidades ao processo de transformação já em curso. Essas possibilidades, por sua vez, podem ser tanto vantajosas, quanto perigosas.

Uma interferência marcante da internet na política aconteceu na Itália, em 2009, com o surgimento do chamado Movimento 5 Estrelas. Auto-intitulado como um “não partido”, ainda que concretizado como partido político, o Movimento 5 Estrelas teve início como um experimento do comediante italiano Beppe Grillo e do empresário da comunicação Gianroberto Casaleggio. O objetivo do Movimento era, justamente, estabelecer uma democracia direta com o uso da internet (VERDÚ, 2019). O Movimento 5 Estrelas nasce de uma crítica à política tradicional e, a partir de então, utiliza a coleta de dados e demandas dos internautas italianos para definir as diretrizes do partido. As pautas são decididas *online* de acordo com sua popularidade, portanto, dependem diretamente do algoritmo digital.

O surgimento desse movimento demonstra uma realidade comum em diversas partes do mundo: o desgaste com a democracia representativa e a descrença com relação às instituições políticas e como elas se configuram até o momento (ESPECIAL..., 2020) gerando nos cidadãos o desejo de “tomar a política nas próprias mãos”. Em meio ao ressentimento da comunidade para com o sistema de governo, a internet surge como

alternativa e a mobilização permitida pelo experimento do Movimento 5 Estrelas permite que o ativismo digital seja quase imediatamente transmitido ao sistema político real. Essa forma de articulação dá início ao que passa a ser um novo modelo de democracia direta nunca antes visto, ou mesmo pensado, antes do surgimento das redes sociais.

Democracia direta?

A democracia direta é a forma de organização do poder político em que a soberania é exercida diretamente pelo povo (BORBA, 2007). Na democracia direta, o povo não delega seu poder de decisão (MERELES, 2017), ao contrário do que acontece no sistema de democracia representativa por meio das eleições para escolha de representantes. Conseqüentemente, no modelo direto de democracia, qualquer cidadão pode participar ativamente da tomada de decisões (MERELES, 2017), enquanto na democracia representativa esse espaço está restrito àqueles representantes eleitos pelo povo.

Na atualidade, a democracia direta enfrenta evidentes restrições — uma reunião em praça pública com os habitantes de uma cidade, por exemplo, nas proporções de povoamento urbano que existem hoje, é inviável. Considerando essa dificuldade, a democracia representativa é a escolha de modelo político de grande parte dos países do mundo. Na democracia representativa, a participação dos cidadãos não é direta e se dá por meio do voto: em eleições institucionalizadas, que ocorrem em um período regular, são escolhidos representantes que participam da tomada de decisões.

O Brasil conta, formalmente, com instrumentos de democracia direta estabelecidos na Constituição de 1988: o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular (BORBA, 2007). Esses recursos, entretanto, foram pouco explorados na democracia brasileira. Avritzer (apud BORBA, 2007) nota que, nas poucas ocasiões em que foram utilizados, a escolha foi decorrente de conflitos internos ao Poder Legislativo. Outro exemplo de oportunidade de participação direta no Brasil é o orçamento participativo. Já tendo sido implementada em

alguns municípios brasileiros, a proposta do orçamento participativo permite aos cidadãos influenciar ou decidir sobre os orçamentos públicos por meio de assembleias abertas e periódicas (EMMANUELE, 2016).

Outros países, entretanto, apresentam um histórico mais robusto do uso de mecanismos de exercício de democracia direta: na Suíça, além do tradicional sistema representativo, há uma prática de consulta popular cotidiana no país, ocorrendo algumas vezes por ano. Além disso, o país tem um referendo obrigatório para mudanças na Constituição.

Ao longo dos últimos anos, as novas tecnologias demonstraram uma possibilidade de transformação na prática da democracia direta. Com o advento da internet, o problema espacial toma uma nova forma: seria possível que todos os cidadãos pudessem dividir um espaço virtual e, assim, retomarem a proposta de autogoverno?

Levando em consideração sua simples descrição, é possível perceber que a democracia direta não é inerentemente boa ou ruim. O mesmo acontece com relação ao uso de tecnologia para exercício da democracia. O perigo, na verdade, relaciona-se à sua associação com o ciberativismo e à forma como este se traduz no cotidiano político.

A experiência do Movimento 5 Estrelas com a democracia direta

O Movimento 5 Estrelas tem início a partir de um blog — o blog do Beppe Grillo, comediante italiano. A possibilidade de atuar politicamente por meio de postagens em um blog, combinada com a proposta de um movimento “desideologizado”, impulsionou a popularidade do partido entre os cidadãos descrentes com a política até então. “Era um artefato político de pretendida participação direta, desenhado contra a denominada casta, o poder, as instituições” (VERDÚ, 2021).

A ideia de “desideologizar” advém da possibilidade de que os internautas “escolham” os posicionamentos do partido. O blog passa a funcionar como um medidor de

popularidade desses posicionamentos: aqueles mais aceitos serão aqueles defendidos pelos representantes do Movimento 5 Estrelas na política italiana. A proposta foi surpreendentemente bem aceita pela população, que percebia o desgaste da política tradicional e prezava pela praticidade e inovação oferecida pelo movimento

Ao longo dos últimos anos, o partido cresceu exponencialmente em popularidade. O Movimento 5 Estrelas é o maior grupo no Parlamento desde as eleições de 2018, quando conseguiu 32% dos votos dos italianos (JONES, 2021). Recentemente, o partido encontrou alguma turbulência sob a liderança de Luigi Di Maio, que atualmente é Ministro das Relações Exteriores. Hoje, o ex-Primeiro-Ministro Giuseppe Conte é o líder do partido, ainda que sem o apoio do comediante Beppe Grillo (VERDÚ, 2021).

O desgaste com a política, que ultrapassa a fronteira da Itália, encontrou apoio na retórica anti-*establishment* do partido e, embora o experimento não tenha sido replicado com os resultados que obteve o Movimento 5 Estrelas, a ideia de governar por redes sociais parece cada vez mais apelativa para aqueles que estão insatisfeitos com a democracia representativa. No entanto, é preciso considerar a existência dos contratempos que possam surgir a partir do momento em que um clique, ou até mesmo um *like*, passa a equivaler a um voto.

Perigos da informação para a democracia direta

A adaptação da democracia direta para a internet e, em especial, para as redes sociais, enfrenta diversos desafios. Em primeiro plano, deve-se considerar a desigualdade social como fator inibidor de participação para determinados grupos sociais. Borba (2007) ressalta a urgência de se enfrentar a exclusão social e suas consequências em termos de exclusão política e digital na trajetória de informatização da política. Embora todos tenham o direito legal de participar do debate, o elo entre tecnologia e participação política pode afastar da segunda aqueles que não tiverem acesso adequado à primeira, comprometendo o exercício da democracia. Em um cenário de desigualdade socioeconômica como o do Brasil, uma

ferramenta de inclusão dependente da internet poderia rapidamente se tornar um fator de exclusão, marginalizando aqueles menos favorecidos economicamente que não contam com a mesma facilidade de acesso e uso da rede.

No entanto, o maior desafio reconhecido para a adaptação da internet como ferramenta política, e aquele para o qual ainda não se encontrou solução plenamente adequada e eficaz, é o das *fake news*. De acordo com estudo do MIT realizado em 2018, a propagação dessas notícias ocorre 70% mais rápido do que a de notícias verdadeiras (FAKE..., 2018). A veiculação dessas notícias, ainda que falsas, podem interferir de forma bastante real no processo de tomada de decisão, especialmente quando criam preocupações acerca de pautas inverídicas que passam a concernir um grande percentual da população. Em maio de 2020, foi apurado que 90% dos brasileiros com acesso à internet já haviam recebido alguma informação falsa sobre a COVID-19 pelas redes sociais. Ademais, mais de 70% já haviam acreditado em uma *fake news* sobre o tema (MAIS..., 2020).

Esse desafio é agravado pela tendência ao sensacionalismo que se testemunha nas redes sociais. Manchetes e notícias sensacionalistas, por serem aquelas que atraem o maior número de cliques — tanto de apoiadores quanto de opositores — são frequentemente utilizadas como estratégia de *marketing* para atrair popularidade às publicações. Essa tática, entretanto, tende a aumentar ainda mais a propagação das *fake news*, especialmente uma vez que, ainda que a notícia contenha elementos verdadeiros, apenas a chamada costuma ser suficiente para atrair comentários odiosos. A possibilidade de trasladar esse tipo de comentário como proposta política com a imediatez permitida pela internet é, no mínimo, assustadora.

No caso do Brasil, mesmo os mecanismos já existentes de participação direta foram pouco utilizados. Embora a participação virtual ofereça novas possibilidades para a política, preocupa também o papel do histórico autoritário da política brasileira nesse processo (ESPECIAL..., 2020). Diante de um cenário em que a participação política no Brasil é posta em dúvida com frequência, uma oportunidade de participação direta sem o cuidado

adequado à questão pode provocar muito mais danos, consequências dos desafios apresentados, do que vantagens reais.

Vantagens da informação para a democracia direta

A *internet* e mesmo o uso de informação na esfera política não têm, por si próprios, um caráter positivo ou negativo. Depois de terem sido discutidos alguns dos perigos para a democracia que surgem com a realidade das novas tecnologias, é importante ressaltar que o uso das redes pode, por outro lado, trazer oportunidades positivas para a participação democrática.

Uma iniciativa notável que compreende a participação direta dos cidadãos na política é a Ideia Legislativa. No acesso ao portal “E-cidadania”, o Senado brasileiro disponibiliza espaço para que o cidadão possa sugerir propostas de lei (SOUZA, 2017). Essas, se apoiadas, podem chegar ao Plenário. É o caso da PEC número 9 de 2020, que proíbe contingenciamento de despesas em instituições de ensino superior da União Federal e que se encontra em tramitação.

Ainda que não seja alcançado o número de vinte mil apoiadores, necessário para dar seguimento à proposta na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) como sugestão legislativa, as ideias também podem servir como inspiração para propostas realizadas por senadores. Esse é o caso, por exemplo, da proposta do consultor farmacêutico Carlos Santarém para que empresas e órgãos de governo fossem obrigados por lei a oferecer um programa de tradução para libras em seus portais. A sugestão foi adotada pelo senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE) (IDEIA..., 2021).

Para garantir que as oportunidades de participação direta sejam aproveitadas em seu máximo potencial, é necessário tomar alguns cuidados que visem à minimização dos possíveis problemas apresentados. Em primeiro lugar, é indispensável que a participação política digital seja adequadamente instrumentalizada, contando com uma plataforma

adequada que assegure a segurança digital do que está sendo proposto. Esse passo é essencial para que a atuação política não se confunda com o ativismo em redes sociais, nas quais frequentemente não há qualquer cuidado ou filtro com a informação propagada ou proposta a ser realizada. Um comentário em um post não pode e não deve ser confundido com uma proposta legislativa.

Ademais, é fundamental que haja esforço para assegurar a veracidade da informação propagada pelos veículos de imprensa, a fim de reduzir a circulação de *fake news*. O debate, ainda que no ciberespaço, pode apenas lançar soluções práticas e vantajosas à sociedade se estiver pautado em questões reais e, portanto, afastado de teorias da conspiração e polêmicas criadas com o único propósito de multiplicar o número de cliques ou o discurso de ódio. Disseminar a conscientização é essencial para que as ferramentas proporcionadas pelas novas tecnologias sejam utilizadas de forma a melhorar a democracia, e não comprometê-la. Hoje, há uma oportunidade a ser levada em consideração, e apenas os usuários da internet possuem a capacidade de transformar seu potencial em uma realidade favorável a todos ou em um novo empecilho para o futuro da democracia.

Referências

- BORBA, J. A democracia direta na era digital. **Resenha Eleitoral**: Nova Série, Santa Catarina, v. 14, 2007. Disponível em: <http://apps.tre-sc.jus.br/site/institucional/catalogo-de-publicacoes/artigos-doutrinarios-publicados-na-resenha-eleitoral/resenhas/v-14-2007/doutrina/a-democracia-direta-na-era-digital/index.html>. Acesso em: 27 ago. 2021
- EMMANUELE, A. Orçamento participativo: como funciona e como participar. **Politize!**, [s. l.], 21 dez. 2016. Disponível em: <https://www.politize.com.br/orcamento-participativo-como-funciona/>. Acesso em: 17 set. 2021.
- ESPECIAL - Democracia direta, novas tecnologias e a participação política. Produção: **TV Senado**. [S. l.: s. n.], 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=avxp12Fh_hM. Acesso em: 27 ago. 2021.
- IDEIA legislativa que propõe uso de tradutor de libras vira projeto de Alessandro Vieira. **Agência Senado**, [s. l.], 17 ago. 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/08/17/ideia-legislativa-que-propoe-uso-de-tradutor-de-libras-vira-projeto-de-alessandro-vieira>. Acesso em: 27 ago. 2021.
- ‘FAKE news’ se espalham 70% mais rápido que notícias verdadeiras, diz MIT. **Correio Braziliense**, [s. l.], 8 mar. 2018. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/tecnologia/2018/03/08/interna_tecnologia,664835/fake-news-se-espalham-70-mais-rapido-que-noticias-verdadeiras.shtml. Acesso em: 17 set. 2021.
- MAIS de 70% dos brasileiros com internet já acreditaram em uma fake news sobre coronavírus. **G1**, [s. l.], 3 maio 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2020/05/03/mais-de-70percent-dos-brasileiros-com-internet-ja-acreditaram-em-uma-fake-news-sobre-coronavirus.ghtml>. Acesso em: 27 ago. 2021.
- MERELES, C. Democracia direta: um guia rápido para entendê-la!. **Politize!**, [s. l.], 13 jan. 2017. Disponível em: <https://www.politize.com.br/democracia-direta-guia-rapido/>. Acesso em: 27 ago. 2021.
- MOVIMENTO 5-Estrelas da Itália elege ex-premiê Conte como seu líder. **IstoÉ**, Roma, 7 ago. 2021. Disponível em: <https://istoe.com.br/movimento-5-estrelas-da-italia/>. Acesso em: 27 ago. 2021.
- SOUZA, I. A Ideia Legislativa como ferramenta de participação política. **Politize!**, [s. l.], 9 nov. 2017. Disponível em: A Ideia Legislativa como ferramenta de participação política. Acesso em: 27 ago. 2021.
- VERDÚ, D. Movimento Cinco Estrelas: o experimento da Itália com a nova política. **El País**, Roma, 3 mar. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/19/internacional/1519044183_420082.html. Acesso em: 27 ago. 2021.

VERDÚ, D. Criado sob discurso da democracia direta na Itália, Movimento 5 Estrelas vira refém da velha política. **El País**, Roma, 29 ago. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/28/internacional/1567007102_639186.html. Acesso em: 27 ago. 2021.

VERDÚ, D. Os dias tristes de Beppe Grillo, o palhaço que triunfou com o experimento político mais estranho da Europa. **El País**, Roma, 7 jul. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-07-06/os-dias-tristes-do-palhaco-grillo-o-palhaco-que-triunfou-com-o-experimento-politico-mais-estranho-da-europa.html>. Acesso em: 27 ago. 2021.

The instrumentalization of the Tunisian crisis by the bolsonaristas as a narrative of power

Arthur Peixoto

When reading the news of one of the last right-wing manifestations supporting Brazil's president, Jair Bolsonaro, a careful observer would notice something curious. Some of the protesters were holding up a poster that read "*Vamos tunisiar o Brasil*" — "let's turn Brazil into Tunisia", in a literal translation. But after all, what does a small Mediterranean country located in the northern coast of Africa have to do with 2021's Brazil? To answer this question, it may be convenient to take a recapitulation of events.

Back in late 2010, Tunisia was one of the epicenters of the Arab Spring protests. Now, after a little more than ten years, it is safer to make some conclusions about its successes, how they affected the current Tunisian government and what they have to contribute to the understanding of contemporary Brazil. In the first part of this article, there will be an exposition of the two protests that largely contributed to the current day of Tunisian and Brazilian Governments. Then, in the second part, the focus will be on demonstrating how, despite the different political backgrounds between both countries, the Brazilian regime tries to mimic some strategies utilized by the current Tunisian government. Nevertheless, it will be highlighted how social networks and the access of the population to the internet might be an integral part of this strategy and how these tools might be twisted against democracy.

Vox Populi, Vox Dei?

On December 17th, 2010, a man called Mohamed Bouazizi (26), who lived in the Tunisian city of Sidi Bouzid, had his fruits and vegetables' wagon confiscated for not having the licence needed to work on the streets. Later on, that day, he went to the local city hall to try to get back his work tools, but nobody was there to meet him. In desperation, he proceeded to get a gallon of gasoline and set fire to his own body in front of the building.

With the help of social networks like Facebook and YouTube, this act of despair spread comotion all over the country, and later, the whole Arab world, resulting in a series of riots; first in Tunisia, and later in other Arab countries such as Egypt, Libya, and Syria. The protesters on these riots, when participating in a movement that later came to be known by the name of “Arab Spring”, fought against the corruption of the national regimes in these countries and for democracy. The movement resulted in the displacement of a considerable number of leaders from their offices — most of them had been in charge of the countries for decades. The exception being Syria, that despite not having dethroned Bashaar Al Assad delved into a civil war that lasts to this very day (SIMÕES, 2021).

About two years after the first protests took place in Tunisia, Brazil had its version of protests for a better government. What started with people complaining about an increase in the prices of bus tickets in São Paulo and Rio de Janeiro (ODILLA, 2018), rapidly turned into a larger movement that encapsulated demands from different groups — especially right-wing ones, like the Movimento Brasil Livre (MBL, in English, Movement for a Free Brazil) — and that ultimately contributed to the instability of Dilma Roussef's government and her impeachment in 2016 (GALVÃO; TATAGIBA, 2019).

Since then, both countries have followed roads that led to similar destinations. Tunisia has become the only democracy in the Arab world, according to The Economist's index on the issue (O QUE..., 2021). On the other hand, Brazil has seen its democracy backslide since 2016 (REY, 2021). Despite those apparent differences, both countries are more alike than they may seem to be.

In Tunisia, the last weeks have been tense, with the current president, Kais Saied, usurping a vast amount of the Executive, Legislative and Judiciary powers (O QUE..., 2021). Saied argues that his deeds are legal, and that he is based on the article 80 of the Tunisian constitution, which states that the president may intervene in case of “imminent danger to the country’s institutions”. However, the Tunisian professor of Constitutional Law Ilyadh, Ben Achour, and the leader of the opposition party Ennahda Rachid Guannuchi, both affirm that the Law was not respected and that the president’s actions are unconstitutional. In Brazil, it is not a novelty that Bolsonaro seeks to test and antagonize the country’s institutions, like the Supreme Federal Court (STF) and the Congress. Bolsonaro himself stated that he might be forced to “act outside the boundaries of the Constitution” in response to investigations conducted by the Supreme Federal Court and the Supreme Electoral Court (TSE) (VASCONCELLOS, 2021).

One trace of character that assembles these two political figures is that, despite clearly threatening their countries’ institutions, they try to build a narrative that invests them with popular support. In Tunisia, Saied has got a lot of popular support, with approximately 72% of the population backing his government (O QUE..., 2021). In Brazil, Bolsonaro does not hold the same amount of approval, with about 62% of the population judging his administration as bad/terrible. However, the Brazilian president counts with very active supporters that can be seen in many occasions, such as in his motorcycle parades or the frequent acts held in Brasília as a demonstration of support to him and his governance. He is a classical populist.

Brazil and Tunisia part from different starting points: the former is a much more solid democracy, while the latter was an authoritarian regime dating to no longer than ten years ago. However, as highlighted by Baeza (2018), both countries share similar features in aspects such as the victory over long term dictatorships, and the resemblance between the constitutional processes adopted by both countries during their democratization.

Who tells the story holds the power

This section of the text will cover the very subject of this essay: the use of information as a tool of manipulation. From the very first moment, one must acknowledge that both the Arab Spring and its Brazilian softer counterpart, the protests of June 2013, despite the aforementioned different political backgrounds have one thing in common: they were both potentialized by social networks, like *Facebook* and *You Tube*. Nevertheless, the outcomes of these movements benefited from these unique features to thrive.

Hagstrom and Gustavsson (2019) work with the concept of narratives of power. They argue that the political actors worldwide have been working with narratives for a long time but have recently turned more attention to this powerful tool to achieve their goals. They make the case that there is a growing concern, especially in Europe and in the United States that Russia might be working on what they call “troll factories” to influence the results of the elections. The authors argue that what makes narratives like these being perceived as propaganda, soft power or information warfare depends on if they are able to resonate in the hearts and minds of the audience around the world (HAGSTROM; GUSTAVSSON, 2019).

When applying such concepts to the Tunisian and Brazilian cases, specially to the latter, the attempt of both regimes to sound like their actions are legitimate and have the population’s approval becomes crystal clear. In this context, it makes sense when figures like Bolsonaro give speeches saying that “Brazil is on the brink of suffering a communist coup d’état” or when the Tunisian president comes on the TV and says that there is imminent danger to the country’s institutions. The focal point here is not about facts, but about telling a story that can convince a large number of people. This aspect brings us to the second point of this section.

Throughout the 20th century, there was a belief, specially among the young people of that time, that the information revolution would bring an era of welfare to the world. Nowadays, despite the special status played by information during, this belief is dead. With the advance of internet connection to almost every place on the planet, we do not experience an era of prosperity and knowledge, despite important advancements to what concerns to the access to information via the likes of Google, the *Wi-Fi* and mobile phones with access to fast internet connection. In fact, what we experience today is a world each time more closed into small bubbles of topics, that were generated artificially by algorithms.

Much more than that, these advancements in technology represented the possibility of foreign groups of people that advocate for an anti-democratic agenda to meet each other. Bolsonaro, for example, owns a large part of his digital activism strategy to Steve Bannon, the same man responsible for planning the electoral campaign of Trump in 2016 (PIRES, 2020).

By the late 2010s, some people started noticing a trend, especially in politics, of a phenomenon that came to be known as “post truth”. The term was coined as describing a world where there is no more truth or lies (GRIJELMO, 2017). With the rapid evolution of technology, information moves much faster, so fast that, in many cases, we cannot determine if an event is true or if it never happened at all; actually, this seems not to matter anymore.

As mentioned above, it is just part of the narrative. To have that better illustrated take a look at the current Brazilian president Jair Bolsonaro. During his presidential run he spread a rumor that public schools were distributing baby bottles in the shape of penises to small children (RODRIGUES, 2019). This was obviously not true but it did not matter to the people to whom the narrative was formulated. They are not really concerned with the truth. That brings us back to the first topic of this essay: the Arab Spring and the Brazilian protests of June 2013.

Despite the fact that both events were only able to happen the way they did because of the aforementioned advancements of technology, they soon fell hostage to these same tools. In Tunisia, the cell phones and the local media played a pivotal role, with protests being organized on *Facebook* groups and posts, and with the media encouraging people and social movements to take part in the protests (ALSAYYAD; GUVENÇ, 2013). In Brazil, something similar took place, with influential news conglomerates like *Folha de S. Paulo* being one of the most prominent entities to push for the protests (GALVÃO; TATAGIBA, 2019). The same is reported by Torres (2016), that argues that, differently from the modern concept of protests until this day, the Brazilian protests of 2013 saw the presence of a multitude and a plurality of messages and views from different sectors of the Brazilian society.

Despite these efforts, the fruits that emerged from both events were sour. In Tunisia, despite democratic advances, the country is on the brink of facing another authoritarian regime in less than ten years after the first protests back in 2011. The same might be said about Brazil, where the people who went to the streets claiming “it was not just about 20 cents”, but about democracy and a more righteous government saw, in 2018, a president that was more famous for his bigoted declarations than for his political career being elected president after having mastered social media communication.

Now, with Bolsonaro’s government and popularity approval facing a crisis, there is an attempt, among his most staunch supporters, to fabricate a narrative where there is a “dictatorship” about to be implemented in the country by the Supreme Federal Court of Justice (DITADURA..., 2021). In this scenario, the Tunisian example, where the north African country’s president makes similar claims, presents itself as a good model to be followed, that is, a model where the president is capable of usurping the power and, at the same time, retain population’s approval.

It must be remembered that the appeal to foreign movements is not something new among Bolsonaro’s supporters, with some of them speaking about “ucranizar” (make

Brazil like Ukraine) the country, with that being a synonym for the galvanization of ultra-right wing political movements in the country (ALESSI; HOFMEISTER, 2020).

It must be noticed that, both the Tunisian and the Ukrainian cases are narratives of victory, which is why they are so vindicated by the president's supporters. When one take this into consideration along with the theory of narratives of power, brought by Hagstrom and Gustavsson (2019), it is much easier to grasp why a distant country like Tunisia is being so vindicated by the bolsonaristas. Afterall, nobody resonates with the losers.

Conclusion

Tunisia and Brazil are countries that, in spite of not having so much in common at the first glimpse, resemble more than one could guess on the political side. Having experienced protests that share similar narratives, but not so similar contexts, Tunisia shows itself as an interesting model of the Bolsonaro's plans for Brazilian democracy or, at least, what his supporters dream about it. Notwithstanding, the instrumentalization of the Tunisian democratic crisis by the supporters of the current Brazilian president reminds us that in an era of lies, or rather, the absence of truth, the narrative is a two-edged sword. It might be used to cut wood today, but tomorrow it might chop your head off.

References

- ALESSI, G; HOFMEISTER, N. Explícito nas ruas, bolsonarismo neofascista se inspira em extremismo e anticomunismo da Ucrânia. **El País**, 2 jun 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-02/explicito-nas-ruas-bolsonarismo-neofascista-se-inspira-em-extremismo-e-anticomunismo-da-ucrania.html>. Acesso em: 17 set 2021.
- ALSAYAAD, N., GUVENC, M. “Virtual Uprisings: On the Interaction of New Social Media, Traditional Media Coverage and Urban Space during the ‘Arab Spring’.” *Urban Studies* 52.11 (2013): 2018–2034. Web.
- DITADURA chegou pelas mãos do STF, diz Eduardo Bolsonaro. **Poder360**, 14 ago 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/congresso/ditadura-chegou-pelas-maos-do-stf-diz-eduardo-bolsonaro/>. Acesso em: 17 set 2021.
- GALVÃO, A; TATAGIBA, L. Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016). **Opinião Pública**. vol. 25, n. 1, p. 63-96, jan-abr 2019.
- GUSTAFSSON, K; HAGSTROM, L. Narrative power: how storytelling shapes East Asian international politics, **Cambridge Review of International Affairs**, 32:4, 387-406, (2019). DOI: 10.1080/09557571.2019.1623498.
- GRIJELMO, A. A arte de manipular multidões. **El País**, 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/08/22/opinion/1503395946_889112.html. Acesso em: 27 ago 2021.
- ODILLA, F. 5 anos depois, o que aconteceu com as reivindicações dos protestos que pararam o Brasil em junho de 2013? **BBC**: Londres, 9 jun 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44353703>. Acesso em: 27 ago 2021.
- O QUE está acontecendo na Tunísia? Os pontos-chave de uma crise que desafia a única democracia árabe. **El País**. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-07-28/o-que-esta-acontecendo-na-tunisia-os-pontos-chave-de-uma-crise-que-desafia-a-unica-democracia-arabe.html>. Acesso em: 27 ago 2021.
- PIRES, B. Os laços do clã Bolsonaro com Steve Bannon. **El País**, 20 ago 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-08-20/os-lacos-do-cla-bolsonaro-com-steve-bannon.html>. Acesso em: 17 set 2021.
- REY, B. Brazil among world’s top 10 democratic backsliding countries. **The Brazilian Report**, 29 mar 2021. Disponível em: <https://brazilian.report/opinion/2021/03/29/democracy-index-brazil/>. Acesso em: 27 ago 2021.
- RODRIGUES, C. Neste 1º de abril, lembre nove fake news que marcaram o cenário político no Brasil. **Brasil de Fato**, São Paulo: 1 abr 2019. Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2019/04/01/neste-1o-de-abril-relembre-nove-fake-news-que-marcaram-o-cenario-politico-do-brasil>. Acesso em: 17 set 2021.

SIMÕES, R. O que foi e como terminou a Primavera Árabe? **BBC**: Londres, 21 fev 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-55379502>. Acesso em: 27 ago 2021.

TORRES, E. C. O protagonismo midiático da multidão nos movimentos sociais. **Estudos Ibero-Americanos**, vol. 42, n. 3, p. 1219-1245, set-dez 2016.

VASCONCELOS, J. Bolsonaro ameaça agir fora das "quatro linhas da Constituição". **Poder360**, 4 ago 2021. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/08/4941803-investigado-pelo-stf-bolsonaro-volta-a-ameacar-as-eleicoes-de-2022.html>. Acesso em: 27 ago 2021.

O Adoecimento da democracia e a teoria do esclarecimento de Kant

Ester Santos & Vinicius Lopes

O fenômeno das *fake news* tem grande poder de influência sobre a opinião dos indivíduos que compõem uma democracia. Tendo em vista que os processos democráticos de tomada de decisão se fundamentam nas considerações da população, as notícias falsas geram impactos negativo na formação da opinião geral, afetando a democracia como um todo. O uso institucionalizado das *fake news* ocorre quando passam a ser ferramentas de influência por grupos de liderança e seus apoiadores dentro do jogo de poder, como forma de manipulação das massas para obter apoio em seus interesses. Assim, há a fabricação de notícias falsas e a disseminação consciente e proposital de inverdades como forma de enganar os indivíduos para que se tornem apoiadores de seus interesses políticos (MOTTER; CRUBER, 2020). Se por um lado temos o uso institucionalizado das *fake news*, por outro temos algumas pessoas que as recebem sem ter o discernimento crítico e sem se importar com a veracidade da notícia. Desta forma, há propagação de *fake news* de forma não proposital, pois o indivíduo não tem consciência de que é uma notícia falsa e compartilha acreditando ser uma verdade. Eles aceitam e compartilham a notícia falsa ou por alienação; ou por ingenuidade, desinformação e falta de critério de avaliação da verdade.

Kant escreveu, em 1783, o opúsculo “*resposta à pergunta: que é o esclarecimento?*”. Nele, o autor afirma que o esclarecimento é a saída da menoridade da razão, do qual o próprio indivíduo tem culpa de estar. A saída da menoridade significa, por sua vez, ter a ousadia de gozar de seu próprio entendimento, sem a direção de terceiros. Kant apontou a covardia, o comodismo e a preguiça como os principais motivos da perpetuidade de um indivíduo em sua menoridade, assim como de outras pessoas, tê-los sob sua influência (KANT, 1985). E apesar de Kant ter dado prioridade à menoridade religiosa,

indubitavelmente a menoridade de um indivíduo o afeta em todas outras áreas (política, jurídica, social, entre outros).

Portanto, a disseminação de notícias falsas está aqui em paralelo com a teoria do esclarecimento de Kant, pois um menor que não goza de seu próprio entendimento pode facilmente ser manipulado por uma notícia falsa, sem antes consultar a sua própria razão, e dar continuidade, assim, com a corrente de disseminação de notícias falsas. Em contrapartida, um indivíduo esclarecido em pleno gozo de seu próprio entendimento (sem se escorar em preconceitos, ideias preconcebidas, gurus ou ídolos), pode não só interromper a cadeia de transmissão, mas ajudar a outros a se esclarecerem, desde que tenha liberdade para isso.

Dessa forma, esta análise apresenta o fenômeno das *fakes news* à luz da teoria do esclarecimento Kantiano, concentrando-se no indivíduo que recebe passivamente e dissemina as notícias falsas, atingindo diretamente a macroestrutura da democracia.

As Fake News e o adoecimento da democracia.

O termo *fake news* vem sendo utilizado fora dos jargões jornalísticos relativamente há pouco tempo. Em 2016, a então candidata estadunidense à presidência Hillary Clinton fez observações acerca da propagação de notícias maliciosas que estavam circulando a seu respeito, o *Pizzagate*, durante a corrida eleitoral americana e, em 2017, Donald Trump popularizou o termo na internet (COMO..., 2018). Entretanto, sua prática é bem mais antiga que isso.

A utilização de falsidades como forma de criar outra realidade, adaptando às necessidades políticas dos interessados, tem registro desde a Roma Antiga (A LONGA..., 2018). Porém, com o advento da internet, o alcance de uma notícia falsa é imensamente maior. A velocidade de propagação de notícias, impulsionada por algoritmos de alta complexidade das redes sociais, torna os danos causados por uma notícia falsa ainda mais

desastrosos. Segundo um estudo publicado pelo MIT, a velocidade que uma notícia inverídica se propaga é seis vezes maior que uma notícia verdadeira (VOSOUGHI; ROY; ARAL, 2018). O problema é ainda mais agravado quando a notícia é sobre política, cuja taxa de propagação é três vezes maior que uma notícia falsa sobre outros assuntos. Isso torna a política a maior categoria de rumores disseminados na internet, seguida pelas lendas urbanas, negócios, terrorismo, ciência, entretenimento, e desastres naturais (VOSOUGHI; ROY; ARAL, 2018). Dessa forma, é fato o impacto negativo que uma notícia falsa pode acarretar a política e, por conseguinte, na democracia, se for o caso.

A facilidade e a velocidade em propagar notícias de forma instantânea nas redes sociais levam à propagação em massa de inverdades, formando opiniões baseadas na desinformação. Algumas causas disso são manchetes sensacionalistas e chocantes, aliadas à falta de interesse das pessoas em ler as matérias completas, checar fontes, pesquisar mais a fundo a veracidade da notícia, e outros fatores. Algumas consequências disso são o aumento da rejeição da verdade em detrimento das mentiras e a desconfiança nas instituições que tentam desmentir essas informações, já que a notícia falsa se tornou a “verdadeira” aos olhos do público, o que torna o processo de expor a verdade custoso.

Os propagadores de desinformação nas redes sociais se tornam “gurus” e influenciadores para aquelas pessoas que acreditam nas *fake news* criadas por eles. Dessa forma, esses influenciadores se tornam autoridades de suas próprias mentiras. Um exemplo disso é a teoria do terraplanismo, que não é representada por cientistas, mas sim por influenciadores da *internet* e *youtubers*, que mesmo sem qualquer respaldo científico, tornaram-se autoridades para os seguidores da teoria. O terraplanismo se tornou muito relevante em pleno século XXI, a ponto de ter conferências mundiais sobre o assunto (INSIDE..., 2018). No Brasil, segundo uma pesquisa do Datafolha em 2019, cerca de 11 milhões de pessoas acreditavam que a terra era plana (GARCIA, 2019). O surgimento de grupos extremistas, como o *Q Anon*, e teorias da conspiração como o terraplanismo, *Anti-*

vax e o *Pizza Gate*, têm origem em notícias falsas que circularam nas redes sociais, impulsionando a descredibilização da ciência e do jornalismo.

Todos esses fatores acabam por prejudicar a democracia, sistema em que a opinião das massas é extremamente importante para o jogo da política. Caso essa opinião seja efetivamente manipulada, a democracia torna-se apenas uma ilusão, com a ignorância da população sendo utilizada como uma das ferramentas dos grupos no poder. Além do mais, as consequências causadas pelas *fake news* vêm ocorrendo em várias democracias ao redor do mundo: nas eleições dos Estados Unidos em 2016, com o *Pizza Gate*; a invasão do Capitólio, em 2021, que teve como um dos propulsores o *Q Anon*; o BREXIT; entre outros. No Brasil, estamos vendo consequências das *fake news* políticas, como por exemplo, no aumento da desconfiança das urnas eletrônicas e do processo eleitoral democrático. O movimento iniciou após acusações de fraude no processo eleitoral de 2018 por parte do presidente Jair Bolsonaro e seus aliados, porém nunca foram apresentadas provas. Essa denúncia infundada repetida em vários episódios levou à desconfiança da segurança das urnas eletrônicas e o aumento de apoiadores à volta do voto impresso (APOIADORES...,2021).

A promoção da desconfiança no processo eleitoral democrático em um país, principalmente às vésperas de uma eleição ou durante a crise em um governo (que tende a não ser eleito na próxima eleição), muito provavelmente causará estragos profundos no sentimento de representação da população, podendo provocar até a ruína do processo caso não seja desmentida. Isso pode ocorrer porque nenhum político eleito terá credibilidade caso haja desconfiança no processo de sufrágio, mesmo que o processo eleitoral seja justo e honesto.

O que é o esclarecimento?

O filósofo prussiano Immanuel Kant escreveu em 1783 um de seus textos mais célebres: *Resposta à Pergunta: o que é o “esclarecimento”*, e analisando-o com um pouco mais de atenção e profundidade, podemos facilmente — ainda que abstratamente — compreender melhor a nossa própria realidade, tomando sempre os devidos cuidados para não incorrer em anacronismos.

Kant defende em sua teoria, que o “Esclarecimento [«Aufklärung»] é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo” (KANT, 1985, p. 100). Portanto, a menoridade é entendida aqui, como a menoridade da razão, a inabilidade de um indivíduo de gozar de seu próprio entendimento. Segundo o autor, as principais causas de um indivíduo permanecer voluntariamente na menoridade residem na “preguiça” e na “covardia” de pensar por conta própria e, se assim não faz por “falta de entendimento”, é culpado pela própria menoridade. Tem culpa por ser conivente com ela, por simplesmente acreditar cegamente, sem se importar em questionar os motivos de seu credo ou de onde eles vieram.

Não obstante, não apenas por covardia e preguiça um indivíduo permanece menor, permanece também por medo. Um tutor, guru, guia espiritual, messias etc... infringe o medo naqueles que permanecem sob sua tutela, e sob ameaça, docilmente conservam-se menores no jugo do messias que irá salvá-los. Conseqüentemente, há um processo de naturalização da menoridade. Segundo Kant (1985, p. 102) “É difícil portanto para um homem em particular desvencilhar-se da menoridade que para ele se tornou quase uma natureza. Chegou mesmo a criar amor a ela, sendo por hora realmente incapaz de utilizar seu próprio entendimento.”. E, apesar da extrema dificuldade de um homem se esclarecer individualmente, é quase certo que uma comunidade se esclareça desde que tenha liberdade, pois ainda que uma determinada sociedade, cultura ou comunidade viva sob o maciço domínio dos tutores “da grande massa”, haverá ainda aquele que ousará a pensar por si mesmo. E uma vez em pleno gozo de sua própria racionalidade, espalhará as benéficas do

pensamento crítico livre de “preceitos e fórmulas” que, para Kant (1985, p 102) “são os grilhões de uma perpétua menoridade”. Ainda, o autor afirma que a única condição necessária para o esclarecimento é a liberdade e, em especial, a liberdade de fazer uso público da razão (KANT, 1985).

Segundo o autor, existem dois tipos de uso da razão: público e privado. O uso privado da razão é o uso que faz, por exemplo um policial, que em uma determinada ocasião (onde deve preservar a sua, ou a segurança de terceiros) deve antes de tudo obedecer a ordens de um superior. Da mesma forma, um eclesiástico ou um militar, que deve antes de tudo representar suas instituições e, enquanto representantes, devem seguir os mandamentos impostos pela instituição. Entretanto, o uso privado de sua razão só deve ocorrer enquanto membro dessa determinada instituição. Nada os impede (e segundo Kant, é inclusive um dever) que, enquanto membro da sociedade faça uso de sua razão pública, mesmo que para criticar as instituições em que trabalham. Por outro lado, Kant afirma: “Entendo contudo sob o nome de uso público de sua própria razão aquele que qualquer homem, enquanto sábio, faz dela diante do grande público do mundo letrado.”(KANT, 1985, p.104) . Desta forma, a característica pública da razão nos revela que, acima de tudo, o uso público da razão tem caráter social, uma vez que em pleno gozo de minha autonomia racional levo-a a público para juízo da sociedade em geral. Isso nos permite discutir ideias, debater valores, opinar políticas públicas e tudo mais que a razão pode nos pôr em foco. E, apesar dos usos públicos e privados da razão terem entre si distinções, nada os impede de coexistir.

Fake News e o esclarecimento

“Se for feita então a pergunta: “vivemos agora em uma época esclarecida [aufgeklärten]”? A resposta será: não, vivemos em uma época de esclarecimento [“Aufklärung”] (KANT, 1985, p. 112). Absolutamente, no tempo em que Kant viveu, havia diversos obstáculos que se contrapunham ao esclarecimento. E, ainda hoje, podemos

refazer a mesma reflexão que Kant fez ao mirar seu foco diretamente para modernidade, como quem desdobra-se para entender o seu próprio tempo. Portanto, séculos depois de Kant ter escrito seu opúsculo, e todo o caminho percorrido pela humanidade, mesmo depois da tecnologia ter-nos trazido o conforto da modernidade, estamos em uma sociedade esclarecida? Evidentemente não, muitos são os obstáculos que ainda nos impedem de chegar a ser uma sociedade realmente esclarecida, e diversos, pela primeira vez, aparecem agora em nosso tempo; outros, já são velhos conhecidos. Cabe-nos, portanto, o mesmo que Kant fez ao debruçar-se para refletir e aprender com o seu próprio tempo.

Indubitavelmente, as *fake news* são um dos vários obstáculos a serem superados atualmente se nossa intenção for o esclarecimento, uma vez que propagadores de inverdades colocam sobre seu domínio as pessoas que não se intencionam pensar por si mesmos. Um dos usos institucionais das *fake news* é utilizá-las como ferramenta para formar a opinião da população, descredibilizando a democracia. Os objetivos podem ser outros, como difamar candidatos e pessoas próximas ou apoiadores, formar opinião acerca de um processo de tomada de decisão, provocar desconfiança de uma instituição e polarizar a população. Assim, quando as instituições promovem a desinformação, enganar a população é o objetivo. Por isso, a população é a única que pode fazer o discernimento entre notícias falsas e verdadeiras, e não se deixar influenciar. Portanto, se analisarmos os motivos pelo qual se faz o uso institucional das notícias falsas, fica claro que se pretende com isso a manipulação de “menores”. Esses menores por sua vez estão extremamente confortáveis com sua menoridade, não buscam checar as fontes e nem se perguntam se o que acabara de ver era verdade e disso são os próprios culpados. Ora, há diversos meios confiáveis para avaliar a veracidade de uma informação. As medidas que devem ser tomadas ao se deparar com uma notícia, e ser capaz de distinguir se é verdadeira ou falsa, são: checar a fonte, ler a matéria completa, conferir a data de publicação, pesquisar mais sobre o assunto, desconfiar de notícias sensacionalistas e alarmantes, áudios falsos, fotos manipuladas ou informações vagas (FATO..., 2018). Não há somente meios para avaliar os critérios de avaliação, mas

também uma vasta campanha de esclarecimento. Ademais, não só por preguiça e covardia que um menor permanece não esclarecido, ele permanece também por medo. Um dos objetivos das *fake news* é infringir medo na população, dessa forma os tutores podem adquirir um "caráter messiânico", onde apenas eles podem salvar a população.

" [...] A imensa maioria da humanidade (inclusive todo belo sexo) considera a passagem à maioridade difícil e além do mais perigosa, porque aqueles tutores de bom grado tomaram a seu cargo a supervisão dela. Depois de terem primeiramente embrutecido seu gado doméstico e preservado cuidadosamente essas tranquilas criaturas a fim de não ousarem dar um passo fora do carrinho para aprender a andar, no qual as encerraram, mostram-lhes em seguida o perigo que as ameaça se tentarem andar sozinhas." (KANT, 1985, p. 102)

Por fim, dadas as características sociais da razão pública, podemos tranquilamente inferir que a democracia pode nos servir como uma grande aliada para o esclarecimento, pois através dela temos (ou deveríamos ter) a liberdade de questionar valores, debater e ter uma opinião própria sem sermos perseguidos ou mortos pelos nossos credos. A liberdade de opinião e livre expressão de pensamento são essenciais, visto que são condições necessárias para a saída da menoridade. Entretanto, a democracia só nos ajudará a alcançar o esclarecimento se ela estiver plenamente saudável e por isso devemos continuar sempre a aprimorar nossos modelos democráticos. E, ainda que não tivéssemos a intenção de explicar em completude esses fenômenos atuais em toda sua complexidade, compreendemos que um dos caminhos para quebrar a cadeia de disseminação das *fake news* está nos próprios indivíduos, no uso da racionalidade.

Referências

- A LONGA história das notícias falsas. **EL PAÍS**, Madri, Jun 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/08/cultura/1528467298_389944.html. Acesso em: 26 de agosto 2021.
- APOIADORES de Bolsonaro fazem ato pró-voto impresso em várias capitais. **CNN Brasil**, São Paulo, ago 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/apoiadores-de-bolsonaro-fazem-ato-pro-voto-impresso-em-varias-capitais/>. Acesso em: 25 de agosto de 2021
- COMO o termo 'fake news' virou arma nos dois lados da batalha política mundial. **BBC News Brasil**, jan 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-42779796>. Acesso em: 28 de ago de 2021.
- INSIDE Flat Earth International Conference, where everyone believes Earth isn't round. **Abc News**, jan 2018. Disponível em: <https://abcnews.go.com/US/inside-flat-earth-international-conference-believes-earth-round/story?id=52580041>. Acesso em: 26 de agosto de 2021.
- FATO ou Fake? Saiba como identificar se um conteúdo é falso. **G1**, set 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/09/25/fato-ou-fake-saiba-como-identificar-se-um-conteudo-e-falso.ghtml>. Acesso em: 27 de agosto de 2021.
- GARCIA, Rafael. 7% dos brasileiros afirmam que a Terra é plana mostra pesquisa. **Folha de S. Paulo**, jul 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2019/07/7-dos-brasileiros-afirmam-que-terra-e-plana-mostra-pesquisa.shtml>. Acesso em: 25 de ago 2021.
- KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: Que é «esclarecimento»? In: FERNANDES, Floriano. **IMMANUEL KANT: Textos seletos**. Petrópolis: Vozes. 1985. 100-116.
- MOTTER, A.; CRUBER, L. Isso é Fake News. **Revista Arco Jornalismo científico e cultural UFSM**. n. 11, p. 24-27, mar/jul 2020. Disponível em: https://issuu.com/revistaarco/docs/11_edicao. Acesso em: 27 de ago 2021.
- VOSOUGHY, S; ROY, D; ARAL, S. The spread of true and false news online. **Social Science**, v. 359, n. 6380, p. 1-6, 2018.



petrel

[v.3 | n.6] [out | 2021]

0000

0000

0000

0000

0000